

UFRRJ

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA**

TESE

**Exportações e Reprimarização na Perspectiva da
América do Sul: Questões Contemporâneas Sobre o
Comércio Brasil e China**

Marluce de Souza Oliveira Lima

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**EXPORTAÇÕES E REPRIMARIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA
AMÉRICA DO SUL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE O
COMÉRCIO BRASIL E CHINA**

MARLUCE DE SOUZA OLIVEIRA LIMA

Sob a orientação do Professor

Robson Dias da Silva

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutora**, no
Programa de Pós-Graduação em
Ciência, Tecnologia e Inovação em
Agropecuária, Área de Concentração em
Políticas Públicas Comparadas.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732e Lima, Marluce de Souza Oliveira, 1972-
Exportações e reprimarização na Perspectiva da América do Sul: Questões contemporâneas sobre o comércio Brasil e China / Marluce de Souza Oliveira Lima. – Seropédica, 2023.
68 f.: il.

Orientador: Robson Dias da Silva.
Tese (Doutorado). – – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, 2023.

1. Integração regional. 2. Regionalismo aberto. 3. Mercosul. I. Silva, Robson Dias da, 1976-, orient. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA



HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO Nº 29 / 2023 - PPGCTIA (12.28.01.84)

Nº do Protocolo: 23083.083862/2023-97

Seropédica-RJ, 19 de dezembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM
AGROPECUÁRIA

MARLUCE DE SOUZA OLIVEIRA LIMA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 19/12/2023.

Robson Dias da Silva. Dr. UFRRJ
(Orientador)

Antônio José Alves Junior. Dr. UFRRJ
Iracema Ferreira de Moura. Dra. Ministério da Saúde
Joelson Gonçalves de Carvalho. Dr. UFSCAR
Claudiana Guedes de Jesus. Dra. UFRRJ

(Assinado digitalmente em 20/12/2023 08:39)
ANTONIO JOSE ALVES JUNIOR
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO
PPGCTIA (12.28.01.84)
Matrícula: 387021

(Assinado digitalmente em 20/12/2023 08:25)
ROBSON DIAS DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
DeptCE/IM (12.28.01.00.00.84)

(Assinado digitalmente em 19/12/2023 17:38)
CLAUDIANA GUEDES DE JESUS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 032.820.346-79

(Assinado digitalmente em 20/12/2023 10:09)
JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 032.860.796-77

(Assinado digitalmente em 27/12/2023 10:10)
IRACEMA FERREIRA DE MOURA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 408.354.563-15

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **29**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO**, data de emissão: **19/12/2023** e o código de verificação: **1c0cf0a010**

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus,

Neste momento de celebração e agradecimento, quero expressar minha mais profunda gratidão por ter me guiado e sustentado ao longo desta jornada desafiadora em direção à conclusão do meu doutorado. É com humildade e alegria que reconheço a Sua presença constante em cada passo do caminho.

Queridos pais,

A conclusão deste trabalho marca não apenas o fim de uma jornada acadêmica, mas também a realização de um sonho que tomou forma e agora se realiza. Foi com muita luta e perseverança que me vejo compartilhando dessa alegria. Vocês foram a fonte inesgotável de apoio, encorajamento e amor que tornaram possível este caminho. Cada conquista é reflexo da dedicação e valores que vocês tão generosamente me transmitiram.

Ao meu filho Joaquim,

Você é a luz que ilumina meus dias e a inspiração que impulsiona minhas realizações. Meu companheiro de vida e que terei o prazer de dizer para você sobre este momento. Obrigada por ser meu maior motivo de orgulho.

Ao meu orientador Robson,

Sua orientação e comprometimento foram importantes para o desenvolvimento desta tese. Sua experiência enriqueceu não apenas o trabalho, mas também minha formação como pesquisadora. Agradeço sinceramente por sua amizade e orientação valiosa.

À minha querida amiga Renata,

Sua presença foi um farol de luz nos momentos desafiadores. Suas palavras de incentivo, compreensão e amizade fiel tornaram esta jornada mais rica e significativa. Obrigada por estar ao meu lado.

A todos vocês, minha mais profunda gratidão. Este trabalho não seria possível sem o suporte e inspiração que cada um de vocês proporcionou. Que este momento de conquista seja compartilhado por todos nós.

Com carinho,

Marluce de Souza Oliveira Lima

RESUMO GERAL

LIMA, Marluce de Souza Oliveira. **Exportações e reprimarização na perspectiva da América do Sul: Questões contemporâneas sobre o comércio Brasil e China.** 2023. 68f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

Este trabalho foi construído a partir dos movimentos de integração entre países da América Latina, sob o olhar da proposta do regionalismo aberto, objetivamente indicados pela criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), tendo como destaque o Brasil. A economia dos países citados, especificamente no que diz respeito às operações de exportação foram consideradas, já que a hipótese de que o Brasil está enfrentando um forte processo de reprimarização, onde o espaço de produtos de origem agropecuária ganha notoriedade foi deslindada. A China tem desempenhado o papel de protagonista nas relações comerciais com o Brasil, tornando-se o país que mais importa os produtos do bloco econômico. No presente trabalho são questionados quais os impactos decorrentes da conduta do Brasil no Mercosul em relação às exportações do setor agropecuário em termos de fomento, conquista de novos mercados e competitividade e qual o papel da China no processo almejado pelo bloco econômico. O objetivo geral foi o de identificar as principais mudanças e continuidades no setor de commodities do Brasil com base nas exportações nacionais frente às relações comerciais com a China. Os objetivos específicos foram o de apresentar os conceitos dos termos em destaque, quais sejam, desindustrialização e reprimarização, uma vez que estão presentes na dinâmica comercial observada no Brasil e países do MERCOSUL; descrever a história, formação e características da integração regional na América Latina e Caribe e a formação do MERCOSUL, bem como a ascensão da China como grande parceira comercial e análise do agronegócio e a reprimarização brasileira e seus efeitos na cultura da soja. A relevância acadêmica da pesquisa se fez presente por revelar circunstâncias influenciadoras na economia dos países pertencentes aos movimentos de integração que constituem o bloco econômico. A investigação foi realizada por meio de revisão bibliográfica, sendo classificada quanto aos procedimentos como exploratória e descritiva. Foram utilizados dados com o potencial de corroborar ou contestar a questão central do problema. Essa pesquisa ofereceu uma visão ampla das mudanças e continuidades no setor agropecuário do Brasil, examinando suas relações comerciais com a China. Salientou a relevância de entender as variações regionais, os conceitos essenciais de desindustrialização e reprimarização, além dos profundos impactos da dependência comercial em um parceiro global significativo, como é o caso da China. Essas informações são cruciais para direcionar políticas e estratégias econômicas futuras na região.

Palavras-chave: Integração regional. Regionalismo aberto. Mercosul.

GENERAL ABSTRACT

LIMA, Marluce de Souza Oliveira. **Exports and reprimarization from the perspective of South America: Contemporary issues about Brazil and China trade.** 2023. 68p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

This work was built based on the integration movements between Latin American countries, under the perspective of the proposal of open regionalism, objectively indicated by the creation of the Southern Common Market (MERCOSUR), with Brazil as a highlight. The economy of the aforementioned countries, specifically with regard to export operations, were considered, as the hypothesis that Brazil is facing a strong process of reprimarization, where the space for products of agricultural origin gains notoriety was unraveled. China has played a leading role in trade relations with Brazil, becoming the country that imports the most products from the economic bloc. This work questions the impacts arising from Brazil's conduct in Mercosur in relation to exports from the agricultural sector in terms of promotion, conquest of new markets and competitiveness and what role China plays in the process desired by the economic bloc. The general objective was to identify the main changes and continuities in Brazil's commodities sector based on national exports versus commercial relations with China. The specific objectives were to present the concepts of the highlighted terms, namely, deindustrialization and reprimarization, as they are present in the commercial dynamics observed in Brazil and MERCOSUR countries; describe the history, formation and characteristics of regional integration in Latin America and the Caribbean and the formation of MERCOSUR, as well as the rise of China as a major commercial partner and analysis of agribusiness and Brazilian reprimarization and its effects on soybean cultivation. The academic relevance of the research was present because it revealed influencing circumstances in the economy of the countries belonging to the integration movements that constitute the economic bloc. The investigation was carried out through a bibliographic review, being classified in terms of procedures as exploratory and descriptive. Data with the potential to corroborate or contest the central issue of the problem were used. This research offered a broad view of the changes and continuities in Brazil's agricultural sector, examining its commercial relations with China. He highlighted the relevance of understanding regional variations, the essential concepts of deindustrialization and reprimarization, in addition to the profound impacts of commercial dependence on a significant global partner, such as China. This information is crucial for directing future economic policies and strategies in the region.

Keyword: Regional integration. Open regionalism. Mercosul.

RESUMEN EXTENDIDO

LIMA, Marluce de Souza Oliveira. **Exportaciones e reprimarización desde la perspectiva de América de Sur: Cuestiones contemporáneas sobre el comercio entre Brasil y China.** 2023. 68h. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en Agropecuaria). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

1. Introducción

Este trabajo se desarrolló a partir de los movimientos de integración entre países latinoamericanos, desde la perspectiva del regionalismo abierto, ejemplificado por la creación del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), con énfasis en Brasil. Se examinó la economía de estos países, especialmente en el contexto de las exportaciones, desafiando la hipótesis de que Brasil está atravesando un importante proceso de reprimarización, donde los productos agrícolas ganan protagonismo. China ha jugado un papel importante en las relaciones comerciales con Brasil, convirtiéndose en el mayor importador de productos del bloque económico.

Este estudio investiga los impactos de las acciones de Brasil en el Mercosur sobre las exportaciones del sector agrícola, incluyendo la promoción, la conquista de nuevos mercados y la competitividad, así como el papel de China en este contexto. El objetivo general fue identificar los principales cambios y continuidades en el sector de commodities de Brasil, con base en las exportaciones nacionales versus las relaciones comerciales con China.

Los objetivos específicos incluyeron la explicación de los conceptos de desindustrialización y reprimarización, tal como se observan en la dinámica comercial de Brasil y los países del MERCOSUR; la descripción de la historia, formación y características de la integración regional en América Latina y el Caribe, incluyendo la formación del MERCOSUR; y el ascenso de China como un importante socio comercial.

También se analizó la agroindustria y los efectos de la reprimarización brasileña en el cultivo de soja. La investigación tiene relevancia académica al revelar los impactos económicos de los movimientos de integración de los países que integran el bloque económico.

2. Procedimientos Metodológicos

La investigación se realizó a través de una revisión bibliográfica, clasificándose en cuanto a procedimientos en exploratoria y descriptiva. Los datos se utilizaron con el objetivo de corroborar o cuestionar la cuestión central del problema.

3. Discusión

La discusión sobre el fenómeno de la desindustrialización en ciertos países y sus implicaciones se vuelve esencial al abordar el concepto de reprimarización. Este término se refiere a una situación en la que se vuelve al énfasis en las exportaciones de productos básicos y a la especialización en la producción de bienes primarios con bajo valor agregado y tecnología reducida. En el contexto brasileño, este movimiento de regresión en la calidad de la integración en el comercio internacional se basa en la naturaleza de las exportaciones del país, que se concentran en productos agrícolas, minerales y semimanufacturados.

El movimiento de desindustrialización, considerado un proceso natural experimentado por los países desarrollados, se ha extendido a casi toda América Latina, incluido Brasil, desde

la década de 1980. Sin embargo, este fenómeno se caracteriza por la disminución de la relevancia del sector industrial tanto en el producto interno como en el económico. empleo, en un escenario de desaceleración económica generalizada. A esta situación contribuyen una apertura económica inadecuada y la implementación de políticas macroeconómicas desfavorables al desarrollo productivo de la región.

Si bien el modelo industrial productivista ha traído a Brasil el reconocimiento como gran productor de granos y segundo exportador del mundo, desde otra perspectiva, la forma de apropiación del espacio y de los recursos naturales sólo ha permitido un camino de desarrollo rígidamente alineado con el modelo productivo agroindustrial. .

Creado en 1991, el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) representa un ejemplo integral de integración regional en América Latina, surgiendo en un momento crucial de unión entre los países de la región a fines de la década de 1980. Los miembros fundadores de este bloque económico son Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, todos signatarios del Tratado de Asunción. La importancia de crear el bloque comercial y mantenerlo se basa en la limitada representación de los cuatro países fundadores en el comercio global, debido al predominio de la producción primaria en los países del Mercosur, con excepción de Brasil, que durante algunos años aportó una parte importante. de productos fabricados.

La integración regional va más allá de promover la industrialización como forma de sustituir importaciones. Para el nuevo regionalismo, el objetivo central de incrementar consistentemente la competitividad internacional se centra en la no discriminación en el comercio con países fuera del Mercosur, además de incentivar las exportaciones y conquistar mercados dinámicos y competitivos.

En el siglo XXI, China tiene condiciones únicas que, con el tiempo y con la mejora de sus procesos productivos, le han otorgado un alto grado de competitividad en muchos sectores industriales a los que busca atender. Como resultado, ha jugado un papel significativo para el Mercosur, siendo el mayor importador de productos del bloque económico durante más de una década.

La importancia de la asociación económica entre China y los países del Mercosur, especialmente Brasil y Argentina, es frágil debido a la dependencia cultural de las materias primas como principal fuente de exportación de productos primarios.

Dado el ascenso histórico de China como poderoso socio comercial de Brasil y otros países del Mercosur, era importante examinar el papel de la agroindustria brasileña como actividad económica destacada, que abarca cultivos fundamentales como la soja, el mineral de hierro y el petróleo.

En un escenario de crisis política y económica en América Latina y Brasil, caracterizado por un modelo de crecimiento centrado en la extracción y explotación de recursos naturales, la influencia de China en la configuración de los espacios regionales brasileños encuentra condiciones de expansión. China no sólo importa bienes producidos en Brasil, sino que también se ha convertido en un socio estratégico e inversor en activos nuevos o existentes. Se cree que los cambios regulatorios que se están produciendo en el país son compatibles con su papel periférico en la división internacional del trabajo.

4. Conclusiones

Esta investigación proporcionó una visión integral de las transformaciones y la persistencia del sector agrícola brasileño, a través del análisis de sus interacciones comerciales con China.

La participación de Brasil en Mercosur tiene el potencial de impulsar positivamente las exportaciones en el sector agrícola, a través de la promoción de negociaciones comerciales, la

conquista de nuevos mercados y una mayor competitividad.

En este escenario, China juega un papel central, siendo un mercado importante para las exportaciones y un socio estratégico que influye en la dinámica comercial de la región.

Se destacó la importancia de comprender las variaciones regionales, los conceptos fundamentales de desindustrialización y reprimarización, así como los profundos impactos de la dependencia comercial de un socio global importante como China. Esta información es esencial para orientar las políticas y estrategias económicas futuras en la región.

Palabras clave: Integración regional. Regionalismo abierto. Mercosur.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Participação da indústria de transformação no PIB (%). Fonte: Portal da Indústria.	7
Figura 2. Gráfico com a participação (%) de empresas no Brasil no cenário de inovação de produção e processamento – 2009-2011. Fonte: IBGE.....	8
Figura 3. Gráfico com a participação (%) de empresas no Brasil no cenário de inovação de produção e processamento – 2012-2014. Fonte: IBGE.....	9
Figura 4. Gráfico com a participação (%) de empresas no Brasil no cenário de inovação de produção e processamento (Dados Pintec – medição até o triênio 2015-2017). Fonte: IBGE.....	10
Figura 5. Ranking de países inovadores no mundo de acordo com o Índice Global de Inovação. Fonte: https://www.globalinnovationindex.org/	13
Figura 6. Evolução no ranking dos 20 países que lideram o número de publicações científicas em 2018, quando se conta proporcionalmente o número de autores de cada país. Fonte: https://www.globalinnovationindex.org/	14
Figura 7. Dificultadores para inovação no Brasil. Fonte: https://www.globalinnovationindex.org/	15
Figura 8. Gráfico da importação e exportação de bens e serviços – valores a preços correntes (milhões de reais) – 1º trimestre de 1996 ao 2º trimestre de 2020. Fonte: ???.....	28
Figura 9. Produtos Exportados Brasil-China (2022). Fonte: ComexVis 2023.....	43
Figura 10. Índice de preços de commodities (1990-2021). Fonte: IBP 2023.....	46

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da balança comercial nos últimos vinte anos (2000-2020).....	28
Tabela 2. Movimentação comercial do Mercosul com demais países em 2009.	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	1
2. CAPÍTULO I	5
SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO: CONCEITOS E TEORIAS ..	5
2.1 O DEBATE SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO	6
2.2 O DEBATE SOBRE REPRIMARIZAÇÃO	17
3. CAPÍTULO II	22
NOTAS SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL E COMERCIAL NO MERCOSUL E NO BRASIL CONTEMPORÂNEOS	22
3.1 INTRODUÇÃO	23
3.2 REGIONALISMO ABERTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	24
3.3 INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE E A FORMAÇÃO DO MERCOSUL	26
3.4 A ASCENSÃO DA CHINA COMO GRANDE PARCEIRA COMERCIAL	32
4. CAPÍTULO III	41
BRASIL E CHINA: COMO SUPERAR TAL DEPENDÊNCIA COMERCIAL	41
4.1 INTRODUÇÃO	42
4.2 EFEITOS DA CHINA NA AGRICULTURA BRASILEIRA	43
4.3 EFEITOS DA ECONOMIA CHINESA NA INDÚSTRIA BRASILEIRA	49
4.4 COMO ROMPER A REPRIMARIZAÇÃO E SOFISTICAR O COMÉRCIO BRASILEIRO	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6. REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS	62

1. INTRODUÇÃO GERAL

A partir do fim da segunda guerra mundial, o continente europeu presenciou movimentos de integração a fim de se restabelecer a economia daqueles países. Esta ação que envolveu o comércio internacional encontrou matizes para o seu crescimento, tais como o bilateralismo, o multilateralismo, alcançando o regionalismo. A escolha econômica para esses países se baseou no regionalismo como saída para o crescimento econômico, permitindo documentar o comportamento dessa escolha, a qual trouxe um histórico de experiências que puderam contribuir para a criação e manutenção das organizações regionais de livre comércio na América Latina. (WERNER & COMBAT, 2007).

Na América do Norte, as ações de integração objetivaram a interação entre os diferentes grupos para além de suas fronteiras nacionais, a fim de solucionar problemas comuns a todos no pós-guerra. Inicialmente, nos Estados Unidos, o acordo de *Bretton Woods*¹ reuniu a segurança do dólar norte-americano como moeda universal e a liquidez internacional vinculada ao dólar, potenciando a condição hegemônica estadunidense no cenário econômico mundial, além de ter possibilitado a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Instituído em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um exemplo holístico de integração regional na América Latina, surgido em um momento oportuno de união entre os países da região, ao final da década de 1980. Os membros fundadores do bloco econômico são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, países signatários do Tratado de Assunção.

A Venezuela integra o MERCOSUL desde 2012, mas em 2016 foi penalizada sob o argumento de não cumprir com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia, estando suspensa de suas atividades no bloco desde então.² A Bolívia aguarda o processo de adesão como Estado Associado, no entanto todos os demais países sul-americanos não pertencentes ao quadro fixo do bloco estão concatenados na qualidade de Estados Associados.³ Em 2005, o bloco firmou com o Peru um acordo de complementação econômica por meio do Decreto 5.651, de 29 de dezembro de 2005.

O tratado de Assunção, bem como o Protocolo de Ouro Preto, foram responsáveis pela organização fundacional do MERCOSUL, conferindo-o personalidade jurídica de direito internacional, estabelecendo um modelo de integração com objetivos centrais configurados em uma livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos, observado o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com os demais países. Na composição do bloco são observados três órgãos decisórios, quais sejam, o Conselho do Mercado Comum (CMC), responsável pela condução política do processo de integração; o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão estritamente executivo e a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), que tem por atribuição fiscalizar a aplicação dos instrumentos da política comercial comum.

A agenda de discussões do bloco foi ampliada alcançando temas políticos, sociais e de cidadania. Duas ações na área social e cidadã foram importantes marcos para o MERCOSUL em questões não prioritariamente econômicas, em destaque o Plano Estratégico de Ação Social (2011) e o Plano para a Conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL (2010).

1 BARRETO, 2009. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23> Acesso em 31 mai 2020

2 Disponível em: <[Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL - MERCOSUL \(mercosur.int\)](http://www.mercosur.int)> Acesso em 01nov2023

3 Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/686-mercosul>> Acesso em 31 mai 2020

Observada a ampla inserção em várias áreas comuns e a coalizão dos países membros, há indícios de que o bloco é um instrumento fundamental para a promoção da cooperação e do desenvolvimento, tornando-o responsável também pela paz e a estabilidade na América do Sul.

A parceria econômica entre a China e os países do Mercosul, em especial por Brasil e Argentina expõe a cultura das Commodities como única fonte exportadora de produtos primários. Saylor (2014) afirma que há uma frágil condição na construção do Estado quando a sua economia se baseia exclusivamente na produção de commodities, em virtude da fácil tributação à medida em que se movem pelos portos e são alvos para financiamento de pagamentos colaterais. Observou-se em 2009 o patamar de maior parceiro econômico dos países em destaque, com a China como o país que mais importa produtos do bloco econômico.⁴

Com o intuito de preservar a economia dos países latino americanos e a sua inserção no processo de globalização da economia mundial, foi elaborado nos anos de 1990, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) o conceito de “Regionalismo Aberto”, caracterizado pela não proteção dos interesses dos países membros participantes das ações de integração regional, ao qual considera o desempenho empregado como uma etapa para a própria superação de suas economias, em favor de um comércio livre e irrestrito. Tal conceito cumpre o papel de inverter o pensamento histórico estrutural da CEPAL, de promover o crescimento e a industrialização nacional em seus próprios países para adequar-se integralmente às exigências do mercado externo. Logo, uma hipótese prorrompe afirmando que tanto a Argentina, como grande parceira comercial, quanto o Brasil estão passando por um forte processo de reprimarização de suas exportações, onde ganham espaço produtos de origem agropecuária.

A partir da lógica do regionalismo aberto, quais os impactos decorrentes da conduta do Brasil no Mercosul quanto às exportações do setor agropecuário em termos de fomento, conquista de novos mercados e competitividade? Qual o papel da China no processo almejado pelo bloco econômico? Neste sentido, o **objetivo geral** desta pesquisa é identificar as principais mudanças e continuidades no setor de commodities do Brasil com base nas exportações nacionais frente às relações comerciais com a China.

Para o alcance do objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar os conceitos dos termos em destaque, quais sejam, desindustrialização e reprimarização, uma vez que estão presentes na dinâmica comercial observada no Brasil e países do MERCOSUL;
- b) Descrever a história, formação e características da integração regional na América Latina e Caribe e a formação do MERCOSUL, bem como a ascensão da China como grande parceira comercial do bloco;
- c) Analisar os impactos de uma economia voltada atender o seu maior parceiro comercial, qual seja a China e os reflexos desta ação no que diz respeito à reprimarização brasileira.

Entende-se que a pesquisa possui relevância acadêmica por revelar aspectos influenciadores na economia dos países pertencentes aos movimentos de integração que constituem o MERCOSUL e a proposta apoiada pelos países membros e não membros. O Brasil e a Argentina são parceiros importantes para o desenvolvimento da América do Sul, visto que correspondem a dois terços do território, da população e do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019.⁵

⁴ Disponível em <https://sgo-win12-we-e1.cepal.org/dcii/sigci/sigci.html> Acesso em 30mai2021

⁵ Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/brasil-em-dia/2019/04/vice-presidente-da-argentina-gabriela-michetti-visita-o->

A investigação foi conduzida principalmente por meio de pesquisa bibliográfica. Em termos de procedimentos, foi caracterizada como exploratória e descritiva, e utilizou dados que tinham o potencial de confirmar ou refutar a questão principal do problema. De acordo com Gil (2002), pesquisas desse tipo têm como objetivo fornecer uma compreensão mais aprofundada do problema, tornando-o explícito, e também detalhar as características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre variáveis. Nesse contexto, o foco da pesquisa estava tanto nas ações do Brasil para afirmar seu protagonismo comercial no MERCOSUL quanto no impacto das relações comerciais com a China, que envolvem o Brasil e outras nações que fazem parte desse bloco econômico.

Foram utilizadas fontes secundárias, através do mapeamento das exportações do Brasil, para lançar uma nova luz sobre as questões que foram levantadas com base nessas estatísticas. Os gráficos mostraram que a economia brasileira tem dependido em grande parte da produção de commodities, enquanto a produção industrial e a inovação têm perdido terreno e importância.

A prática científica é o resultado da conexão entre o raciocínio lógico e a realidade, bem como entre o conhecimento teórico e a experiência prática. Ela vai além de simplesmente coletar e apresentar fatos ou reunir informações. Em vez disso, requer a integração desses dados por meio de uma interpretação teórica. Somente quando os dados empíricos são analisados à luz da teoria é que podem ser considerados como contribuições científicas. No entanto, ao mesmo tempo, a teoria só se torna verdadeiramente científica quando está diretamente relacionada à análise dos dados empíricos. (SEVERINO, 2013).

A metodologia adotada se baseou em uma pesquisa qualitativa, alicerçada em dois pilares fundamentais, quais sejam, uma revisão da literatura e uma análise de documentos. Simultaneamente, foi realizada uma breve descrição e organização dos principais autores e tendências relacionados à evolução dos conceitos mencionados. Além disso, foi conduzida uma análise dos documentos que apresentaram informações relevantes para abordar a questão central da pesquisa, incluindo publicações oficiais.

A apresentação da pesquisa se dará por meio de 3 Capítulos.

No Capítulo I intitulado *Sobre Desindustrialização e Reprimarização: Conceitos e Teorias*, com os subtítulos *O debate sobre desindustrialização* e *O debate sobre reprimarização*, trazem a definição dos termos em destaque, bem como as consequências da dinâmica comercial empregada no Brasil nos últimos anos.

No Capítulo II, *Notas sobre Integração Regional e Comercial no Mercosul e Brasil Contemporâneos*, com os subtítulos *Regionalismo aberto e integração regional*, *Integração Regional na América Latina e o Caribe e a formação do Mercosul* e *A ascensão da China como grande parceira comercial* será concedido enfoque ao referencial teórico escolhido para complementar o sentido empregado à expressão integração regional, quais sejam, regionalismo aberto e governança global. Em seguida, será feito um breve histórico sobre a gênese do bloco econômico, bem como a sua trajetória e as influências econômicas, político-sociais desempenhados em seus países membros e associados. Por derradeiro, será detalhada a trajetória chinesa, destacando a atuação do governo de Mao Tsé-Tung e as suas contribuições para a China do ano de 2021.

Já no Capítulo III, sob o título *Brasil e China: Como superar tal dependência comercial*, com os subtítulos *Efeitos da China na agricultura brasileira*, *Efeitos da China na indústria brasileira* e *Como romper a reprimarização e sofisticar o Comércio Brasileiro* apresenta o movimento macroeconômico desses países, uma vez que serão conferidas as suas relações

comerciais dentro e fora do perímetro do MERCOSUL, bem como os efeitos da sinodependência.

Finalmente nas *Considerações Finais*, estarão inseridas as respectivas Conclusões e as impressões a respeito dos dados apresentados nos três Capítulos, bem como a resposta ao problema da pesquisa e se os objetivos, geral e específicos, foram alcançados.

2. CAPÍTULO I

SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO: CONCEITOS E TEORIAS

2.1 O DEBATE SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A abordagem deste Capítulo será a partir das definições dos termos desindustrialização e reprimarização, bem como os autores que contribuíram para que este assunto fosse premente na década de 2010.

O processo natural de desindustrialização vivido pelos países desenvolvidos tem alcançado quase toda a América Latina, incluindo o Brasil a partir dos anos de 1980, e este consiste na redução da importância do setor industrial no produto e no emprego, em um contexto de desaceleração generalizada do crescimento econômico, por um consequente processo de abertura realizado de forma equivocada, como também pela aplicação de políticas macroeconômicas adversas para o desenvolvimento produtivo adotadas no continente. (IEDI, 2005).

Apesar de orgânico em muitos casos, o processo contínuo de desindustrialização vivido nos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento se dá antes destes alcançarem o ponto de maturidade de suas respectivas estruturas industriais e, portanto, sem terem esgotado todas as possibilidades de desenvolvimento econômico que são permitidas pelo processo de industrialização.

Muitos países subdesenvolvidos também instauraram processos de industrialização em seus territórios. Contudo, poucos conseguiram ultrapassar, com alguma expressão, a produção de bens não duráveis de consumo e a do simples beneficiamento industrial de produtos primários. Mesmo na América Latina, apenas Argentina, México e Brasil conseguiram instalar um parque industrial expressivo, e deles, somente o Brasil conseguiu avançar numa montagem parcial do setor de bens de capital. Ao final da década de 1970 esses países tinham uma indústria de transformação cujo produto representava cerca de 23% do PIB no caso mexicano, cerca de 25% na Argentina e de 33% no Brasil. (CANO, 2012, pág. 3).

Por isso, o processo de desindustrialização no Brasil é considerado prematuro, uma vez que no início de tal movimento, o país não apresentava um poder de renda per capita elevado, tão pouco havia realizado a transição do segmento industrial low-tech e medium-tech para o high-tech, ações que permitiriam apresentar serviços modernizados e de conhecimento agregado, tais como telecomunicações e informação, considerados sustentáculos de uma economia em momentos de desindustrialização.

No entanto, para Cano (2014), é necessária uma reflexão mais rigorosa a respeito deste tema, uma vez que para o autor existem três questões fundamentais que influenciam sobremaneira no processo de desindustrialização tais como, o significado e a composição do setor indústria, assim como figura nos sistemas de contas nacionais; destaque aos conceitos de processo de desenvolvimento e de subdesenvolvimento econômico e o sentido da industrialização nestes processos.

Quando atinge sua maturidade, a indústria de transformação mostra uma diversificada estrutura, na qual os bens de capital perfazem entre 30% e 40% de seu produto. É essa notável expansão e transformação que intensifica a urbanização, induzindo e exigindo enorme crescimento e diversificação de serviços de toda ordem: comércio, transportes, finanças, saúde, educação e outros. (CANO, 2012, pág. 2).

Sendo o setor industrial uma junção dos segmentos da mineração, da construção civil, da produção de serviços de utilidade pública (gás, energia e água) e da indústria manufatureira ou de transformação, este último em destaque, por possuir função basilar no processo de industrialização em virtude de sua maior complexidade tecnológica, possibilitando a promoção da disseminação de maior conteúdo de progresso técnico aos demais setores da economia.

Além de sua capacidade de agregar políticas de desenvolvimento, particularmente as das indústrias e de comércio exterior, a indústria manufatureira ou de transformação está sujeita

a concorrência internacional. Logo, quando se defrontam com este ambiente, são depreendidas algumas ações as quais envolvem a comercialização de produtos a preços abaixo do custo de produção, o chamado “Dumping”, os financiamentos de longo prazo, o acesso a C&T e ao câmbio valorizado. Isto posto, há de haver um certo cuidado ao observar unicamente as variações do setor indústria, a fim de indagar sobre problemas circunstanciais de desindustrialização, uma vez que o correto seria conhecer o que de fato faz a indústria brasileira encolher a cada ano.

A indústria de transformação desempenha papel relevante no ramo industrial brasileiro, pois se trata da atuação com transformação física, química ou biológica das matérias-primas em produto final ou intermediário. Apesar disso, o avanço em certas indústrias não apresenta a profundidade e o vigor necessários ao alcance do restante do tecido industrial e o estabelecimento de um processo dinâmico e de alta tecnologia na indústria como um todo. (RICUPERO, 2014)

Apesar de toda capacidade tecnológica com a chegada de recursos digitais, progressivamente relevantes para o aumento da eficiência e produtividade na indústria de transformação, o Brasil apresenta um resultado aquém do esperado no ano de 2021, comparado ao ápice da sua participação na indústria de transformação, conforme a Figura 1 a seguir.



Figura 1. Participação da indústria de transformação no PIB (%). Fonte: Portal da Indústria.

Em 1985, 35,9% era o ponto máximo de produção industrial, considerando o valor adicionado da indústria de transformação dividido pelo valor adicionado total do Brasil. (PERFIL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA, 2021)⁶ Em 2021, 11,3% era a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro.

Em outras palavras, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ ou de valor adicionado para uma determinada economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de quantum) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização. (OREIRO & FEIJÓ, 2010, Pág. 221).

⁶ Disponível em <[Produção – CNI – Perfil da Indústria Brasileira \(portaldaindustria.com.br\)](http://Produção – CNI – Perfil da Indústria Brasileira (portaldaindustria.com.br))> Acesso em 04Mar2022

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa de Inovação (PINTEC), fornece a cada triênio informações para a construção de indicadores setoriais, regionais e nacionais das atividades de inovação das empresas brasileiras com dez ou mais pessoas ocupadas, em um universo de investigação, as atividades das indústrias extractivas e de transformação, como também as dos setores de eletricidade e gás e serviços selecionados.⁷

A fim de realizar uma análise comparativa entre os três últimos momentos observados, quais sejam 2009-2011, 2012-2014 e 2015-2017, temos a seguir gráficos que indicam a participação percentual do número de empresas que implementaram inovações de produto ou processo, por setores de atividades, segundo o tipo de inovação. No 1º gráfico (Figura 2), no período 2009-2011, as empresas de eletricidade e gás demonstraram o melhor resultado em inovação dentre as demais empresas, porém com um percentual maior só no processo de produção.

8

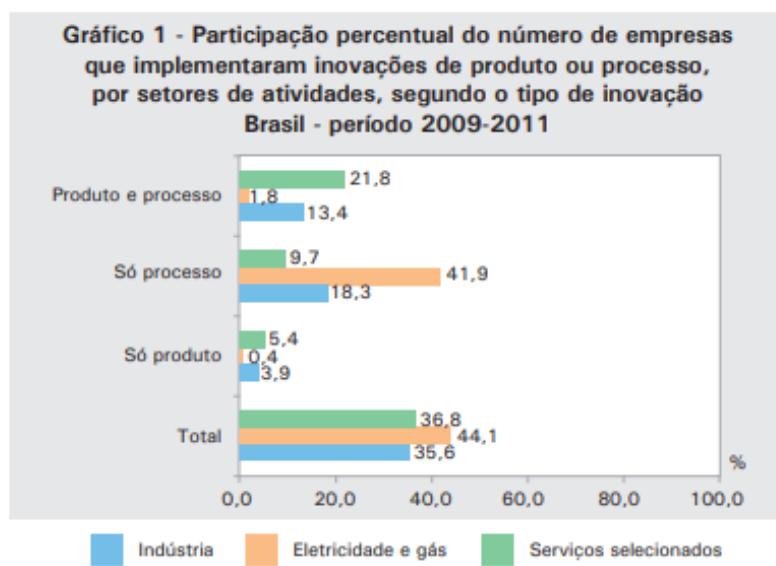


Figura 2. Gráfico com a participação (%) de empresas no Brasil no cenário de inovação de produção e processamento – 2009-2011. Fonte: IBGE.

No gráfico da Figura 3, indicando o período de 2012-2014, observa-se a mesma distribuição em pontos percentuais do número de empresas inovadoras, de acordo com o setor de atividade e segundo o tipo de inovação introduzida. Percebe-se ainda, no âmbito da Indústria, uma predominância de empresas que inovaram apenas em processo (18,2%), não superadas pelas de eletricidade e gás (22,1%), seguidas pelas inovadoras tanto em produto, quanto em processo (14,5%). Interessante notar que este quadro se aproxima ao verificado na Pintec 2011, quando as taxas haviam sido de 18,3% e 13,4%, respectivamente.

⁷ Disponível em: <[Pesquisa de Inovação | IBGE](http://www.ibge.gov.br/pesquisas/pintec/pesquisa-de-inovacao-2011.html)> Acesso em 22 Jun 2022

⁸ Disponível em <[liv81830.pdf \(ibge.gov.br\)](http://www.ibge.gov.br/pesquisas/pintec/pesquisa-de-inovacao-2011.html)> Acesso em 22 Jun 2022

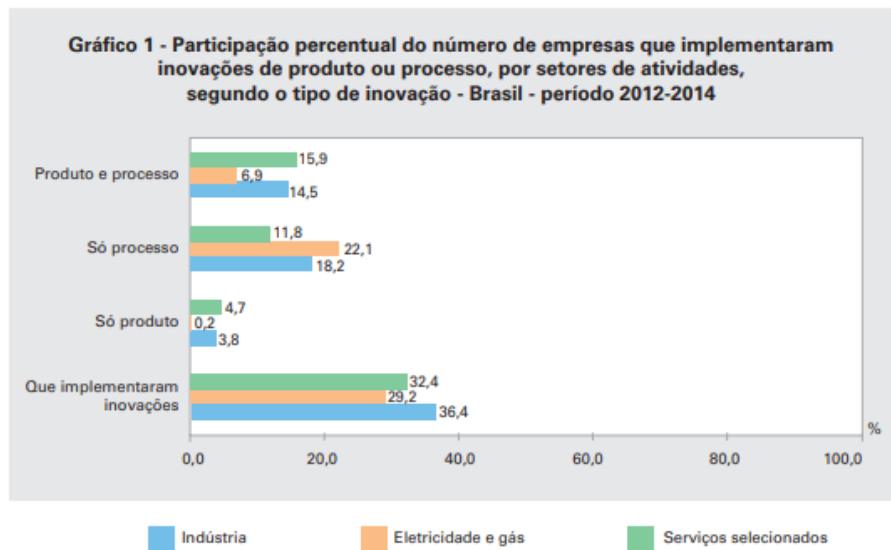


Figura 3. Gráfico com a participação (%) de empresas no Brasil no cenário de inovação de produção e processamento – 2012-2014. Fonte: IBGE.

Na Pintec 2017, (Figura 4), registra-se que a participação das empresas que inovaram apenas em processo (14,8%) diminuiu em relação aos períodos anteriores (em torno de 2,7 pontos percentuais). O número percentual de empresas que inovaram conjuntamente em produto e processo (13,7%) também reduziu, mas em menor intensidade (0,9 pontos percentuais). Por outro lado, cresceu a proporção de empresas que inovaram apenas em produto (5,1%), em relação aos períodos de 2009-2011, 2012-2014 comparando-os ao período de 2015-2017. Por constituir o traço mais comum de inovação no Brasil, a inovação de processo tende a nortear o comportamento da taxa geral de inovação, uma vez que ao avaliar os períodos anteriores, o triênio 2015-2017 apresentou um recuo de 2,4 pontos, sugerindo uma fase recente de agravamento das dificuldades enfrentadas pelas empresas para realizar a inovação em seus espaços industriais. Tal análise demonstra o quanto é imprevisível a dinâmica pela qual atravessam as indústrias brasileiras no intuito da manutenção de seus processos inovativos.

⁹ Disponível em <[<liv99007.pdf\(ibge.gov.br\)>](http://liv99007.pdf(ibge.gov.br))> Acesso em 22 Jun 2022



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa de Inovação 2009-2017.

Nota: A taxa de inovação corresponde ao percentual do número de empresas que implementaram inovações de produto ou processo sobre o total de empresas.

Figura 4. Gráfico com a participação (%) de empresas no Brasil no cenário de inovação de produção e processamento (Dados Pintec – medição até o triênio 2015-2017). Fonte: IBGE.

Resgatando as informações já trazidas neste Capítulo, no que diz respeito a participação do PIB na indústria de transformação e de todo processo desencadeado pela ausência de investimento em inovação, entende-se que é necessário aprofundar o entendimento sobre quais razões tornam o Brasil e demais países análogos a ele, aquém do seu potencial industrial no que tange aos processos de inovação.

Para Ricupero (2014), países que compõem a América Latina tais como, Argentina, Brasil e México situam-se em grupos sem dinamismo em industrialização, mudança estrutural e aumento de produtividade, em um quadro comparativo com a maioria das economias do leste asiático, por exemplo, aos quais apresentam um aumento significativo em seus estágios de industrialização. Um outro ponto a ser considerado diz respeito as fraquezas estruturais que persistem, apesar de todas as mudanças políticas vividas no período dos anos de 1980. As reformas políticas acontecidas neste intervalo não deram conta da criação de um processo de acumulação de capital e de transformação tecnológica necessária na reestruturação das economias latino-americanas, em preparação ao enfrentamento dos desafios que já se avizinhavam, aos quais derivam da integração no sistema globalizado de comércio.

Cano (2014) afirma que não havia possibilidade de qualquer país prescindir o desenvolvimento econômico sem que houvesse uma abrangente industrialização e uma forte

¹⁰ Disponível em <[> Acesso em 22 Jun 2022](http://PINTEC_2017_6.indd(ibge.gov.br))

atuação do Estado neste movimento. Em outro sentido, a desindustrialização ocorrida no Brasil afetou os setores de alta tecnologia, salvo algumas exceções, tais como o segmento de equipamentos de transporte aéreo e de refino de petróleo, em especial à custa de políticas de substituição de importações e de desenvolvimento tecnológico aplicadas pela estatal Petrobrás. Consequentemente, as mesmas políticas foram responsáveis tanto pela contenção do aumento de emprego e renda da população, quanto pelo retrocesso dos setores de mais baixa intensidade tecnológica na estrutura industrial brasileira, porquanto os setores que mais empregam na indústria. (IEDI, 2005).

O subdesenvolvimento, como bem mostrou Furtado (2000), não representa uma etapa do desenvolvimento ou um “desenvolvimento em grau inferior”. Trata-se de um processo que se iniciou com a inserção dos demais países no mercado internacional capitalista, notadamente a partir do século XIX, e decorreu das relações capitalistas de produção que neles se internalizaram, mantendo, contudo, promiscua convivência com antigas e predominantes relações pré-capitalistas preexistentes nos países periféricos, sem, no entanto, extinguir a maioria delas. Então, conforme Pinto (1979), decorre uma dinâmica de acumulação perversa, incapaz de promover a homogeneização econômica e social, mantendo traços econômicos e sociais desse processo como a heterogeneidade estrutural, a debilidade das contas externas, financiamento de longo prazo, fiscalidade e inflação latente. (CANO, 2014, pág. 140).

As expressões e termos utilizados para definir o movimento de mudança na estrutura da indústria provocado pela abertura comercial e política macroeconômica, aplicados nos anos de 1990 no Brasil e em diversos países latino-americanos são indicativos da intenção de implantação das reformas neoliberais no mundo subdesenvolvido, as quais ciceronearam políticas de estabilização alicerçadas na valorização cambial e ônus fiscal em decorrência de juros elevados sobre o débito externo e interno destes países. (CANO, 2014).

De acordo com a abordagem de Washington as causas da crise latino-americana são basicamente duas: a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público. (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6).

As recomendações do Consenso de Washington (1989) indicavam promover profundas alterações no sistema tributário, a fim de que houvesse um maior lucro e competitividade para as empresas, bem como proporcionar o aumento das importações e exportações por meio de redução das tarifas alfandegárias em países da América Latina. Isto posto, as premissas neoliberais eram utilizadas como pré-requisito necessário para a concessão de novos empréstimos e cooperação econômica por Instituições como, o FMI e o Banco Mundial.

A redução fiscal do Estado indicada pela cartilha neoliberal pode ter influenciado em alguma medida no processo de desindustrialização enfrentado por países como o Brasil, apesar de ser considerado como um movimento concomitante (OREIRO & FEIJÓ, 2010). Não obstante, para Vaz e Merlo (2020) o governo FHC, caracterizou o momento de estabilização da

inflação, porém deu início à desindustrialização no Brasil, aprofundando o endividamento externo, precarizando as relações de trabalho, originando distorções cambiais as quais podem ser caracterizadas como populismo cambial, bem como enraizando o país em uma condição de capitalismo dependente.

Foi justamente a transformação do Brasil de um país hiperinflacionado para um país com inflação controlada, porém vulnerável e dependente da entrada de capitais que possibilitou a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições para Presidente da República duas vezes (1994 e 1998). Com FHC ocupando a cadeira da presidência, não foi possível observar nenhum indício de desenvolvimento econômico. O saldo do período pode ser resumido em índices de crescimento no PIB muito reduzidos, aumento na desigualdade social, queda dos salários e aumento do endividamento público. FHC tem como “mérito”, também, ser o responsável por tornar hegemonic a política econômica neoliberal no Brasil. Em sua gestão ocorre a abolição dos controles de entrada e saída de capital no Brasil, avançaram as privatizações, a financeirização da economia e as vendas e fusões de empresas nacionais, tanto públicas quanto privadas. (VAZ & MERLO, 2020, pág. 45/46).

Não há como negar que países que conseguiram entrar para o seleto grupo dos países desenvolvidos abriram pelo menos três grandes frentes, quais sejam infraestrutura tecnológica de ponta, educação superior de alta qualidade e intensa internacionalização da indústria, logo o Brasil, como os demais países da América Latina, apesar de terem transitado para camadas onde foram observadas ações de desenvolvimento econômico e humano, ainda não foram capazes de possíveis ações que de fato o fizessem transpor o limiar entre a renda média e o desenvolvimento em sua plenitude.

Neste bojo, a inovação tecnológica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico e na geração de riqueza, contribuindo sobremaneira na competitividade e valor agregado de produtos e serviços de empresas e países. Os altos IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) presentes em países como Suíça, Suécia e EUA lideram o ranking de países inovadores no mundo de acordo com o Índice Global de Inovação.¹¹ Conforme a Figura 5, apesar do Brasil estar entre as 10 principais economias do mundo, sendo a maior da América Latina, ocupa apenas o 66º lugar entre 126 países avaliados no ranking do índice global de inovação, atrás de países com menor poder econômico como Vietnã, Chile, Uruguai, Mongólia e Costa Rica.

¹¹ Disponível em <<https://www.globalinnovationindex.org/>>
Acesso em 03Fev2022



Figura 5. Ranking de países inovadores no mundo de acordo com o Índice Global de Inovação.

Fonte: <https://www.globalinnovationindex.org/>

Em uma análise ligeira sobre a situação do Brasil frente aos demais países da América Latina e Caribe, no que diz respeito apenas ao ranking inovação, temos o entendimento que o tamanho da economia de um país influencia menos para inovação do que um ambiente de negócios favorável.

O Brasil está muito atrasado em sua agenda para melhorar o ambiente de negócios e reduzir o custo de produção, assim como nas agendas de ciência, tecnologia e inovação. Devido a isso, as empresas brasileiras têm um largo hiato para reduzir perante os países líderes no comércio internacional, tanto em competitividade em preço quanto em tecnologia. Dificilmente conseguiremos zerar esse hiato no curto prazo, mas ele pode diminuir sobremaneira a partir de i) reforma tributária que reduza a quantidade de tributos e a carga tributária sobre os produtos industriais; ii) manutenção de uma taxa de câmbio levemente desvalorizada; iii) redução e manutenção da taxa de juros em patamares baixos; iv) fomento à modernização do parque fabril com incentivos à adoção de tecnologias da indústria 4.0. (MORAES & SANTOS, 2019, pág. 15/16).

Apesar das informações prestadas pelo Índice Global de Inovação, colocando o Brasil em uma posição não tão favorável, na Figura 6 podemos observar que o país se posiciona no ranking em 11º lugar, considerando as publicações científicas em periódicos entre os anos de 2000 a 2008.



Figura 6. Evolução no ranking dos 20 países que lideraram o número de publicações científicas em 2018, quando se conta proporcionalmente o número de autores de cada país. Fonte: <https://www.globalinnovationindex.org/>

Para que a produção científica, por meio de publicações e teses, seja de fato geradora de um novo conhecimento é necessário que este seja aplicado às demandas da indústria, assim sendo, é transformada em inovação com valor econômico agregado. Ainda que políticas recentes possam ter sido utilizadas para encurtar a distância entre a indústria e a universidade no Brasil, permanece uma lacuna considerável entre esses setores, devido ao modelo de desenvolvimento adotado, onde se prioriza a aquisição de tecnologia e conhecimento estrangeiros em detrimento da valorização e do aperfeiçoamento interno, bem como a promoção de novas soluções, processos e produtos.

A Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004 que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e em seguida a Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016 que trata sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, esta considerada como o marco regulatório da ação de inovar no Brasil, são documentos legais que permitem uma aproximação entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs). Complementando o conjunto de leis regulatórias, temos a Lei Complementar nº 182 de 1º de junho de 2021 que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador. No entanto, a falta de sintonia entre as empresas e as ICTs demonstra o quanto ainda será necessário ao Brasil o incremento de tais ações na busca pela produção e transferência de novas tecnologias.

Assim, é possível dizer que o marco legal da inovação parece partir da premissa de que as bases para a interação ICT-empresa no Brasil residem nas iniciativas de oferta de infraestrutura e conhecimento especializado que partem das universidades e instituições de pesquisa e seus pesquisadores, como se toda essa infraestrutura de pesquisa estivesse pronta e autonomamente à disposição dos interesses (se/quando existirem) do sistema

produtivo nacional.

Tal premissa parece desconsiderar o dinamismo e os “feedbacks interativos” que se estabelecem no processo de pesquisa e de produção de novas tecnologias. (RAUEN, 2016, Pág.33/34).

Há um descompasso entre o que seria desejável para um projeto de inovação viável para a indústria brasileira e o que a legislação permite aplicar, logo é premente que sucedam mudanças no marco legal da inovação, bem como o fortalecimento de ferramentas de estímulo e participação empresarial no processo inovativo, uma vez que esta cooperação depende de uma boa compreensão do processo e do seu protagonismo.

O cenário de instabilidade política e econômica também incide em uma cultura que torna o fator previsibilidade importante e recorrente no Brasil, uma vez que assumir riscos em um ambiente desfavorável repercute na ação dos gestores os quais desconsideram uma estratégia contínua de inovação, principalmente em micro e pequenas empresas. Apesar disto, ainda que seja tímida em sua ação, inovar ainda é a melhor saída quando o foco é a conquista de uma vantagem competitiva, o que por justaposição envolve a sua própria sobrevivência enquanto empresa, conforme pesquisa realizada em 2019 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹². A figura a seguir traz dados importantes que podem elucidar o temor listado pelos empresários de fatores externos e internos que dificultam a inovação no Brasil e o seu alto custo.



Figura 7. Dificultadores para inovação no Brasil. Fonte: <https://www.globalinnovationindex.org/>

O custo de inovação/falta de financiamento supera todos os demais ítems que obstaculizam o processo de inovação no país. O “Custo Brasil” por exemplo, referencia uma série de custos e aspectos tributários que vigoram no país, tornando um dos fatores que inviabilizam diversos projetos de inovação para empresas. O termo em destaque é composto pelo diferencial de custo na produção de um mesmo produto no Brasil em relação a um produzido no exterior, logo a fabricação de produtos e o investimento no país tornam-se ainda mais caros.

No início dos 1980 a produção industrial brasileira era maior do que a chinesa e a coreana somadas. Exportávamos todo ano mais do que esses dois países,

¹² Pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e encomendada ao Instituto FSB Pesquisa. Disponível em: <<https://noticias.portalindustria.com.br/noticias/innovacao-e-tecnologia/innovar-e-sobreviver-nos-negocios-mostra-pesquisa-da-cni-com-100-ceos/#>> Acesso em 05Fev2022.

hoje ícones de sucesso de desenvolvimento econômico no mundo. Por que paramos? Uma explicação simples: perdemos o bonde da sofisticação produtiva mundial. Sabíamos fazer muitas coisas, hoje não sabemos mais. A indústria brasileira quase chegou a padrões mundiais e quase conquistou mercados lá fora; os anos 1980 foram o ápice de nosso desenvolvimento tecnológico relativo. Desde então, as indústrias brasileiras foram perdendo espaço no mundo e no mercado interno e hoje somos capazes de fazer bem menos produtos. Nossa capacidade tecnológica está minguando. Nossa sofisticação produtiva vai pelo ralo e a complexidade do tecido produtivo brasileiro só diminui. (GALA & RONCAGLIA, 2020, Pág.23/24).

A partir do momento em que um país deixa de gerar inovação, ele perde competitividade, consequentemente as empresas se tornam fracas em seus propósitos e há a geração de um espiral descendente que incentiva cada vez mais um cenário negativo macroeconômico. Logo, *políticas que restrigem oportunidades de mercado podem ter o efeito de restingir a expansão de liberdades substantivas que teriam sido geradas pelo sistema de mercado, principalmente por meio da prosperidade econômica geral.* (SEN, 2000, Pág. 41) Para Sen (2000), o desenvolvimento por meio de fatores como crescimento do produto interno bruto, aumento de renda, industrialização, avanços tecnológicos ou modernização social são insuficientes para a expansão das liberdades, porém há de se considerar que o equilíbrio entre os vetores apresentados gera melhoria de vida dos indivíduos e o fortalecimento das liberdades.

2.2 O DEBATE SOBRE REPRIMARIZAÇÃO

A exposição sobre o processo de desindustrialização vivido por alguns países e suas consequências, torna necessário evocar o conceito de reprimarização, onde há um retorno à exportação de commodities e à especialização na produção de bens primários de baixo valor agregado e um baixo conteúdo tecnológico. (GARCIA & JUNIOR, 2015) Este movimento de regressão qualitativa de inserção do Brasil no comércio internacional é sustentado pela relação com que o país trata a sua pauta exportadora, baseada em commodities agrícolas, minerais e em semimanufaturados.

Embora seja o modelo industrial produtivista que trouxe ao Brasil o reconhecimento de grande produtor de grãos, o segundo maior exportador do mundo, com 19% do mercado internacional¹³, por outra perspectiva, a maneira de apropriação do espaço e dos recursos naturais oportunizou apenas uma via de desenvolvimento fortemente disciplinado no modelo de produção agroindustrial.

Com o advento da Revolução Verde, introduzida no país durante o regime militar, nas décadas de 1960 e 1970, sob a pretensão de modernização do setor agrícola, permitiu aos agricultores que desejassesem adotar o novo modelo, acesso à políticas públicas de aquisição ao crédito subsidiado atrelado à compra de insumos, tais como agrotóxicos e adubos, além da criação de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais, a fim de auxiliar o modelo proposto.¹⁴ Em que pese a intenção de modernização do setor agrícola, o incremento no uso de insumos, da mecanização e expansão de monocultivos, ocasionou na degradação de grandes superfícies, reduzindo-se assim a sua capacidade produtiva ao longo do tempo, bem como a ausência de uma visão mais abrangente entre a produtividade e a estabilidade dos ecossistemas tropicais.¹⁵

Não obstante marcantes histórias agrárias e agrícolas setoriais e regionais, especialmente o caso do café em São Paulo (mas também o arroz no Rio Grande do Sul, a cana-de-açúcar no Nordeste, o cacau no sul da Bahia, entre outras situações regionais), as raízes mais promissoras da moderna agricultura brasileira nasceram na década de 1960, com a instituição do sistema de crédito rural e a implantação de um modelo de modernização da agricultura largamente inspirado no caso norte-americano e fundado em um tripé indissolúvel: crédito rural subsidiado, extensão rural e pesquisa agrícola por instituições públicas. Ainda que tenha sido um processo discriminatório quanto às regiões, aos tipos de cultivos favorecidos e aos beneficiários, aquele esforço inicial assentou as condições para a conformação da agricultura moderna tal como a conhecemos hoje; além disso, os debates em torno do processo de modernização cimentaram as bases da compreensão hoje dominante – com os seus acertos e equívocos – sobre a agricultura do País. (BUAINAIN; ALVES; SILVEIRA; NAVARRO, p.108, 2013).

O histórico de especialização primária no Brasil em seu comércio exterior perdura a

¹³ Disponível em: <[Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo - Portal Embrapa](http://www.embrapa.br/estudos/estudo-brasil-eh-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo-portal-embrapa)> Acesso em 03Abr2022

¹⁴ OCTAVIANO, 2010. Disponível em: <[a06n120.pdf \(scielo.br\)](http://www.scielo.br/a06n120.pdf)> Acesso em 03Abr2022

¹⁵ FERRAZ & SILVEIRA, 2005. Disponível em: <[MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E AGROECOLOGIA: GESTÃO INTEGRATIVA SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR \(agroecologiaemrede.org.br\)](http://www.agroecologiaemrede.org.br/MULTIFUNCIONALIDADE-DA-AGRICULTURA-E-AGROECOLOGIA-GESTAO-INTEGRATIVA-SOCIOAMBIENTAL-DA-PRODUCAO-FAMILIAR.html)> Acesso em 03Abr2022

pelo menos dois séculos¹⁶, o que permite entender que o que permeia a reprimarização é a perpetuação de um padrão considerado normal ao comportamento periférico de comércio brasileiro. Para Gala (2017), ser um país desenvolvido significa dominar tecnologias avançadas de produção, bem como criar capacidades e competências locais em setores considerados nobres em uma escala de produção, logo a conduta empregada pelo Brasil na exportação de produtos primários, evidencia a inserção periférica do país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT)¹⁷.

Tem-se como axioma uma economia-mundo estratificada hierarquicamente em Centro, Semiperiferia e Periferia, e organizada pela DIT, com “papéis” específicos “condicionados” (por pressões políticas, de mercado, ou até mesmo por inovações) entre os Estados, que se especializam em cadeias produtivas globais, de acordo com a geopolítica da época (Wallerstein, 2004). Ao longo do tempo, a expansão do moderno sistema-mundo se deu através de hegemonias políticas sob a liderança de diferentes Estados e grupos de capitalistas, que em grande medida condicionaram os padrões das relações internacionais, consolidando estruturas históricas. (LOPES, 2020, p. 177).

A sociedade e o território nacional brasileiro, historicamente se esmeram em um tipo de trabalho que em grande parte é requerido e exigido de fora do país. Este processo assume uma importante missão, qual seja compreender as dinâmicas que orientam a formação socioespacial e a divisão territorial do trabalho no Brasil (PEREIRA, 2010). Para Santos (1978), a existência de espaços derivados nos países do Terceiro Mundo está voltada aos processos de modernização e transformação regional em atendimento às demandas externas, logo regiões produtivas se formam em função de tais propósitos, apesar da existência de um mercado interno considerável. Para além das atividades desempenhadas voltadas ao atendimento das demandas externas, tais ações e o trabalho alheio às necessidades da nação que elas implicam, foram então responsáveis pela própria formação da sociedade e cultura nacionais, forjando os papéis de protagonismo daqueles que detém os meios de produção e a exploração do meio geográfico e dos seus recursos naturais. Logo, as grandes porções de terra que hoje geram números recordes de produção brasileira de commodities se entrelaçam a um passado colonial e escravocrata.

Por outro lado, no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma

¹⁶ LOPES, 2020. Disponível em: <[9ed5d783f2f57c234fa49da6cd253b8ad98e.pdf \(semanticscholar.org\)](https://semanticscholar.org/9ed5d783f2f57c234fa49da6cd253b8ad98e.pdf)> Acesso em 26Mai2022

¹⁷ LOPES, 2020. Disponível em: <[9ed5d783f2f57c234fa49da6cd253b8ad98e.pdf \(semanticscholar.org\)](https://semanticscholar.org/9ed5d783f2f57c234fa49da6cd253b8ad98e.pdf)> Acesso em 26Mai2022

articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. Configuraram assim um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. Isto é, não apenas por seu lugar e função como partes subordinadas de uma totalidade, mas também porque sem perder suas respectivas características e sem prejuízo das descontinuidades de suas relações com a ordem conjunta e consigo mesmas, seu movimento histórico dependia desse momento em diante de seu pertencimento ao padrão global de poder. Em terceiro lugar, e como consequência, para preencher as novas funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais. (QUIJANO, 2005, p.118).

Ademais o impacto de um passado latente, que ao longo da história do país trabalhou-se em favor da singularização na divisão do trabalho, das regiões e espaços especializados em um tipo de produção, voltada majoritariamente ao mercado externo, temos a observar uma característica marcante do crescimento econômico moderno, que de certa maneira também afeta o Brasil e demais economias com o mesmo perfil, quais sejam economias com recursos naturais abundantes as quais tendem a crescer em menor velocidade que as economias com recursos naturais escassos. A fim de entender a premissa defendida por Sachs & Warner (1995), mira-se no nível de desenvolvimento humano da maioria das nações onde os recursos naturais são abundantes. Frequentemente o IDH desses países é muito baixo, como é o caso dos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Indicadores relativos ao ano de 2005 mostram que apenas quatro países participantes da Opep puderam ser considerados de alto desenvolvimento humano e outros dois países, tais como Nigéria e República Democrática do Congo estão entre as nações mais pobres do mundo, com baixo desenvolvimento, além de apresentarem altas desigualdades de renda (VAN DER PLOEG, 2007; PNUD, 2008).

You become what you produce. That is the inevitable fate of nations. Specialize in commodities and raw materials, and you will get stuck in the periphery of the world economy. You will remain hostage to fluctuations in world prices and suffer under the rule of a small group of domestic elites. If you can push your way into manufactures and other modern tradable products, you may pave a path toward convergence with the world's rich countries. You will have greater ability to withstand swings in world markets, and you will acquire the broad-based, representative institutions that a growing middle class demands instead of the repressive ones that elites need to hide behind. (RODRÍK, 2011, p. 156).

Ao desenvolver elevados níveis de concentração em exportação de produtos primários, países com este perfil contam com a volatilidade de preços de suas commodities, e por consequência aumento da instabilidade macroeconômica. Essa dependência mercadológica torna o país vulnerável a tais eventos, sobretudo quando os valores das matérias-primas sofrem acentuada queda no mercado internacional. Neste sentido, as instituições destes países exercem papel de destaque, em virtude da importância destas no processo de desenvolvimento econômico, sendo observada a qualidade de tais arranjos, em consequência das rendas econômicas vultosas, advindas dos recursos naturais. (LAPLANE, SILVA & SERRA, 2014).

Para North (2018) os modelos econômicos, como também os políticos, são específicos a determinados elos institucionais que podem variar ao longo de um período ou por um momento em diferentes economias. Os condicionamentos institucionais específicos determinam o limite aos quais as organizações podem operar e por esse motivo a interação das regras do jogo e da conduta dos atores é previsível. Em vista disso, North (2018) assevera que países do Terceiro Mundo são pobres porque os condicionamentos institucionais definem um conjunto de recompensas para a atividade político-econômica que não promove a atividade produtiva. A qualidade das instituições de países detentores de recursos naturais abundantes determinará o fracasso ou o sucesso de seu desempenho econômico, principalmente minimizando os efeitos negativos de um comportamento disfuncional na economia de seus países.

Laplane, Silva & Serra (2014), cita dois fatores que estão intrinsecamente relacionados a questão institucional e que podem explicar o chamado fenômeno da maldição dos recursos naturais, quais sejam o comportamento rentista dos agentes econômicos e a patronagem. A definição de tais fatores demonstram a importância do papel desempenhado pelas instituições, no sentido da apropriação e aplicação dos rendimentos obtidos pelos recursos naturais de cada país. Para tanto, as instituições se tornam responsáveis pelo aumento ou pela redução de incertezas, sendo importante para qualquer empresa que queira estabelecer-se ou prosseguir em suas atividades em um determinado local, sendo sabido quais são “as regras do jogo”. (NORTH, 2018).

Não obstante, ressalta-se que uma economia baseada em recursos naturais, pode apresentar um frágil desenvolvimento institucional, quando comparadas às economias com estruturas produtivas mais dinâmicas, visto que quanto menor o setor produtivo, menor será a demanda por instituições que estabeleçam o jogo para transações entre pessoas e setores diferentes, dessa maneira, altos preços primários podem gerar bem-estar dos cidadãos por intermédio de governos populistas, por conseguinte, apoio político. No entanto, por entender que as instituições são formadas pelos anseios da sociedade, a busca para que elas sejam de fato elaboradas democraticamente e espelho dos interesses da maioria, deve ser maior que a influência de quem possui o poder de negociação.

Por outro lado, North (2018) admite que o papel das instituições não é ser eficiente socialmente, mas o de servir aos interesses de quem tem o poder de negociação, a fim de que sejam idealizadas novas normas de conduta. Em suma, o autor assevera que cada país precisa conhecer as suas instituições a fim de torná-las eficientes, em uma constante verificação *versus* atualização, sem a interferência política de seus pares.

O principal papel das instituições em uma sociedade é reduzir a incerteza, ao estabelecer uma estrutura estável (mas não necessariamente eficiente) para a interação humana. No entanto, a estabilidade das instituições de modo algum contradiz o fato de que elas se alteram. Desde as convenções, os códigos de conduta e as normas de comportamento até as leis e os contratos entre indivíduos, as instituições evoluem e, por isso, continuamente alteram as escolhas disponíveis. As mudanças à margem podem ser tão lentas que temos de adotar uma perspectiva histórica para percebê-las, muito embora vivamos em um mundo em que a celeridade da mudança institucional seja bem patente. (NORTH, 2018, pg. 18).

Putnam (1993) em uma perspectiva mais apurada, define que as relações entre pessoas pertencentes a uma comunidade influenciam na eficiência das instituições, uma vez que o

capital social diz respeito a características da organização social, tais como confiança, normas e cadeias de relações sociais. Por se tratar de uma peculiaridade social onde se insere o indivíduo, o capital social acumulado não é particular a uma pessoa, por conseguinte atende àqueles que se beneficiam de seus atos, facilitando as ações coordenadas, estimulando a cooperação espontânea e inibindo comportamentos oportunistas, a fim de que a coletividade seja fortalecida de forma democrática.

North (2018) e Putnam (1993) preservam a ideia das instituições com diferentes graus de eficiência com o objetivo que envolve manter a ideia positiva do modelo econômico aplicado a cada país, no entanto é necessário ressaltar como bem define Santos (2003) que, o efeito globalizador incide na crença de algo positivo em todos os aspectos para as nações, apesar das divergências serem maiores e evidentes, ao contrário de como ele se descortina, pois há o estímulo ao capitalismo, figurado pelas multinacionais e as trocas comerciais entre os países. O autor traz a reflexão para uma ideologia a qual a fantasia do perfeito, das relações de comércio iguais, tenta ocultar a perversidade sistêmica empregada na concorrência desleal dos mercados. O capítulo a seguir traz a concepção do MERCOSUL e o seu protagonismo enquanto bloco econômico, no fortalecimento das economias latino-americanas.

3. CAPÍTULO II

NOTAS SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL E COMERCIAL NO MERCOSUL E NO BRASIL CONTEMPORÂNEOS

3.1 INTRODUÇÃO

Este Capítulo traz a perspectiva de integração concedida ao MERCOSUL, bem como o enfoque ao referencial teórico escolhido, complementando o sentido empregado à expressão integração regional, quais sejam, regionalismo aberto e governança global. Será feito um breve histórico sobre a gênese do bloco econômico, bem como a sua trajetória e as influências econômicas, político-sociais desempenhados em seus países membros e associados. Por fim, será detalhada a trajetória chinesa, destacando a atuação do governo de Mao Tsé-Tung e as suas contribuições para a China do ano de 2021.

3.2 REGIONALISMO ABERTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Para melhor ilustrar a compreensão do termo integração regional, serão trazidos para discussão autores como, Balassa (1961) e Corazza (2006) e assuntos tais como, regionalismo aberto e governança global, responsáveis pela complementação necessária ao termo em destaque. As questões citadas encontram-se permeadas de significados, pois, cada país possui interesses diversos, não significando que há assincronia entre as suas ações e a disposição em atender as demandas prementes.

Como uma boa parte da literatura corrente salienta, dever-se-ia pensar mais em termos de governança global, e nos múltiplos níveis, arenas e atores envolvidos nisso, ao invés de raciocinar em termos de centralização e governos globais.” No nível mais geral, a governança diz respeito à criação e o funcionamento de instituições sociais (no sentido de “regras do jogo” que servem para definir práticas sociais, designar papéis e orientar as interações entre os que os desempenham) capazes de solucionar conflitos, facilitando a cooperação, ou, mais genericamente, aliviando problemas de ação coletiva em um mundo constituído por atores interdependentes. (HURRELL, 1999, pág. 56).

Rosenau (2000) afirma que a governança é um fenômeno que abarca as instituições governamentais, porém com mecanismos que podem apresentar ações informais, de caráter não-governamental, envolvendo pessoas e organizações dentro de suas respectivas áreas de atuação, em uma conduta determinada, equilibrando em resultado necessidades e demandas. O regionalismo em algum momento foi considerado como um lance intermediário em direção à governança global (MALAMUD & CASTRO, 2007).

Balassa (1961) foi um pioneiro a observar as influências e motivações políticas na composição de blocos regionais, sendo importante ressaltar que para o autor, política e economia não podem ser dissociadas deste processo. Para Balassa (1961) o objetivo final da integração é o aumento do bem-estar social, proporcionado pela alta na produção dos países envolvidos, e consequentemente melhora na distribuição de renda, ou tão somente pela partilha equânime desta.

Os efeitos da integração sobre o bem-estar social para além da área integrada podem impactar o comércio internacional na sua totalidade (VINNER, 1950). No entanto, para Lipsey (1957) a integração terá maiores ganhos de bem-estar quando as trocas comerciais entre os países membros superarem as realizadas entre outros parceiros comerciais. Cooper & Massel (1965) trazem a indagação de qual seria a verdadeira motivação da formação de um bloco econômico, todavia, tal integração não produz a eficiência esperada, uma vez que sendo um exemplo de país em desenvolvimento, a disposição em perder em receitas aduaneiras seria maior, considerando o objetivo visionário em desenvolver uma determinada atividade econômica com outros mercados.

O conceito de regionalismo aberto se baseia na formação de blocos econômicos em sintonia com os objetivos da liberalização do comércio mundial em uma proposta de ajuste ao estabelecido pelos mercados internacionais. Apesar das críticas ao termo empregado, por apresentar influências do pensamento neoliberal do final do século XX, e contradições ao próprio cerne do significado regionalismo, qual seja, (...) *associado a um certo espaço, delimitado por fronteiras, peculiaridades e interesses próprios* (...) (CORAZZA, 2006, pág. 145), há interseções tanto positivas quanto negativas a esse respeito.

Para Padula (2014), um exemplo positivo empregado para validar a integração de infraestrutura do regionalismo aberto foi a construção dos corredores interoceânicos¹⁸, onde há um contexto de maior aproximação entre países do continente, bem como um consenso regional sobre a importância das conexões interoceânicas para a América do Sul. Uma ação direta e assertiva, auxiliando na descentralização do desenvolvimento no continente, servindo de apoio na inserção dos países envolvidos no movimento globalizador.

As políticas empregadas no período de 1980 a 1990 para a inserção na economia mundial, permitiram que o mercado interno e as populações estivessem a mercê dos grandes grupos nacionais e das empresas multinacionais, sem a ingerência do Estado (SALUDJIAN, 2004). Corazza, (2006) assevera que o Estado perdeu a sua função estratégica de promover o desenvolvimento quando comparada ao seu papel definido pelos marcos do estruturalismo cepalino. O regionalismo aberto permitiu apenas que este fosse reduzido ao incentivo eficiente da competitividade internacional, como indicação dos novos teóricos da CEPAL nos anos de 1990.

A integração regional não se detém em promover a industrialização em troca da substituição das importações. Na concepção do novo regionalismo, o objetivo do persistente incremento da competitividade internacional se concentra na não discriminação do comércio com países que não fazem parte do Mercosul, bem como no fomento das exportações e a conquista de mercados dinâmicos e competitivos (CORAZZA, 2006).

No entanto, será observado o papel de relevância desempenhado pelo bloco na América Latina, tendo em vista que a proposta do regionalismo aberto não busca sobrepujar a orientação de criação de mecanismos regionais voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos, mas conciliar as políticas de integração com as de competitividade internacional. Ainda que este conceito ofereça a segurança de não interferência nas ações do bloco, tal ponto será considerado e abordado mais adiante.

¹⁸ Construção da rodovia Interoceânica, que ligará o Brasil aos portos peruanos de Illo e Matarani. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_novas_dimensoes.pdf> Acesso em 31 jul 2020

3.3 INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE E A FORMAÇÃO DO MERCOSUL

Com o objetivo de integrar os seus negócios em um contexto de redemocratização e reaproximação, o Mercado Comum do Sul - Mercosul foi concebido no ano de 1991, por quatro países fundadores, quais sejam, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O bloco econômico conta também com a cooperação de outros países latinos, em destaque estão Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, na qualidade de membros associados não participantes plenamente das decisões deliberadas por este e não submetidos a Tarifa Externa Comum (TEC). A Venezuela aderiu ao bloco no ano de 2012, porém por descumprimento de seu Protocolo de Adesão, encontra-se suspensa desde dezembro de 2016, tendo ainda violado a Cláusula Democrática do Bloco em 2017.¹⁹

Apresentando uma união alfandegária imperfeita²⁰, por cobrar a TEC em duplicidade de produtos não produzidos pelos países membros, o mercado comum oferece custos de transação que podem aumentar o preço pago pelos consumidores dos produtos importados, bem como reduzir os ganhos dos produtores, gerando despesas públicas e barreiras adicionais ao comércio de seus produtos. Os países que compõem o bloco econômico possuem qualidades específicas e particulares que os tornam peculiares, divergindo em suas posições, inclusive na manutenção ou não da TEC, como é o caso do Paraguai, que se garante da cobrança dos impostos de importação como primordial fonte de arrecadação tributária.

Apesar de todas as intercorrências entre os países que se propuseram a unir os seus mercados, a formação de blocos de integração comercial, econômica e política envolvendo países latino-americanos sempre foram intencionadas e as ações destes foram marcadas por tentativas e erros para que na contemporaneidade os esforços anteriores fossem válidos e responsáveis pela origem e consolidação do Mercosul como conhecemos. Em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (Alalc) foi criada por meio do Tratado de Montevidéu, onde além dos países que hoje participam do Mercosul como membros fundadores e colaboradores, contava-se também com a participação do México.

A política comercial protecionista, a similaridade na dotação de fatores produtivos entre os países membros, as rivalidades geopolíticas regionais e a falta de infraestrutura, a fim de que fosse facilitado o transporte terrestre entre os países sul-americanos, foram aspectos precursores a dificultar a integração comercial entre os países aliados. Destarte, vinte anos mais tarde, um novo Tratado deu lugar à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), porém apenas com a função de desenvolver acordos e mecanismos para aumentar o comércio na região, não tendo o mesmo sentido de outrora, como um verdadeiro bloco comercial.

O Brasil e a Argentina são os países que, apesar da rivalidade em demonstrações de poder continental, usufruem do protagonismo de ação e aproximação, quando em 1986 assinam a Ata de Integração Argentino-Brasileira, iniciando o Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice). Em 1988, o Tratado de Integração e Cooperação é assinado por ambos os países, prevendo uma Zona de Livre-Comércio em um prazo razoavelmente elástico de dez anos, o que mais tarde possibilitará na criação da mais abrangente iniciativa de integração

19 Disponível em:<<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercossul#:~:text=A%20Venezuela%20aderiu%20ao%20Bloco,ao%20MERCOSUL%20como%20Estados%20Associados.>> Acesso em 06 Set 2020

20 A expressão união aduaneira simboliza uma associação de um grupo de países que se caracteriza por dois pontos: a adoção de uma tarifa externa comum e a livre circulação das mercadorias oriundas dos países associados. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2130:catid=28&Itemid=23#:~:text=A%20express%C3%A3o%20uni%C3%A3o%20aduaneira%20simboliza,mercadorias%20oriundas%20dos%20pa%C3%ADses%20associados.&text=Por%20isso%2C%20o%20Mercosul%20%C3%A9%20considerado%20uma%20uni%C3%A3o%20aduaneira%20imperfeita.> Acesso em 06 Set 2020

regional da América Latina, o Mercosul.

Após estabelecido, o Mercado Comum do Sul passou por quatro fases importantes, as quais foram marcadas primeiro pela euforia do crescimento da corrente de comércio e com o futuro da integração regional. Logo entre 1997 e 2002, o período aponta para a crise monetária do sudeste asiático, seguido pela crise cambial brasileira no ano de 1999. Os mercados já globalizados sentiram os efeitos e em 2001 a crise econômica alcança a Argentina, fazendo com que em 2004, o governo argentino saísse em defesa da produção interna de seu país, apoiando-se na justificativa de que este se encontrava em fase de retomada da sua industrialização. Esta decisão política colocava as exportações brasileiras como um ponto limitador da recuperação econômica da Argentina, ocasionando em medidas restritivas aplicadas para alguns setores específicos, tais como produtos da linha branca (refrigeradores, máquinas de lavar-roupas e fogões a gás). A atitude tomada pelo governo argentino fez com que empresários e governo brasileiro reagissem negativamente com tais ações, causando debates e discussões entre os países.

No período de 2002 a 2008, o crescimento do comércio regional e mundial é retomado, sendo que as economias sul-americanas sofreram influência positiva, com a valorização de seus produtos, elevando o preço de suas tradicionais *commodities*. O ano de 2008 sinaliza a crise financeira mundial, e com períodos de retração e retomada do comércio, segue-se aos dias atuais, em clima de hesitação, onde os mercados preferem estabelecer um ambiente cada vez mais voltados ao protecionismo.

A importância da criação do bloco comercial e o estabelecimento do mesmo, se garante na não expressiva representatividade dos quatro países fundadores frente ao comércio mundial, uma vez que a produção dos países do Mercosul é predominantemente primária, com exceção do Brasil, que por alguns anos ofereceu uma participação de produtos manufaturados. A partir do ano 2000, a tendência na geração de produtos primários ultrapassa os 60% do total produzido por estes, sendo observada como uma predisposição denominada por processo de reprimarização ou desindustrialização precoce (BAIA, 2013).

O fenômeno conhecido como “doença holandesa”²¹ faz com que, ao conseguir gerar altos saldos comerciais por meio de exportações primárias, um país passa por um processo de desindustrialização. A dinâmica ocorre quando a produção industrial é duramente afetada pela valorização do câmbio, já que os custos de fatores de produção sofrem variações os quais impulsionam as empresas industriais a reduzirem suas atividades nos países de produção primária a se estabelecerem no exterior, como por exemplo na China. O grande saldo comercial constituído pela exportação dos produtos primários resulta na queda de preços das moedas conversíveis e valoriza a moeda nacional, o que à primeira vista indica algo positivo, no entanto, não se configura quando o objetivo é a produção industrial.

Para melhor ilustrar, a tabela I a seguir traz a evolução da balança comercial nos últimos vinte anos (2000-2020), sendo necessário apontar os dois momentos em destaque, com saldos positivos e negativos. O primeiro deles, obedecendo a ordem cronológica, temos o ano de 2014, onde as importações superaram as exportações, apresentando um saldo negativo na balança comercial. Já em 2017, observa-se o movimento contrário ao ano citado, com um saldo positivo e as exportações em alta recorde, em relação aos dois anos anteriores e aos três anos subsequentes.

21 A doença holandesa é a sobreapreciação permanente da taxa de câmbio de um país resultante da existência de recursos naturais abundantes e baratos (ou de mão-de-obra barata combinada com um diferencial de salários elevado) que garantem rendas ricardianas aos países que os possuem e exportam as commodities com eles produzidos. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/cap.5-dutchdisease.pdf>> Acesso em 31 mai 2020

Tabela 1. Evolução da balança comercial nos últimos vinte anos (2000-2020).

Balança Comercial	Exportação	Importação	Saldo
2020	120,892	90,907	29,985
2019	225,383	177,348	48,036
2018	239,889	181,231	58,659
2017	217,739	150,749	66,989
2016	185,244	137,552	47,692
2015	191,134	171,453	19,681
2014	225,101	229,060	-3,959
2013	242,178	239,617	2,561
2012	242,468	223,142	19,438
2011	256,041	226,251	29,790
2010	201,916	181,638	20,278
2009	152,252	127,637	24,615
2008	197,953	173,148	24,805
2007	160,649	120,620	40,039
2006	137,807	91,350	46,457
2005	118,309	73,545	44,764
2004	96,475	62,779	33,696
2003	73,084	48,283	24,801
2002	60,141	47,048	13,093
2001	58,223	55,581	2,642
2000	55,086	55,783	-0,697

Fonte: ADVFN (2020) adaptada pela Autora²².

Após a análise dos dados da Tabela 1, temos adiante o gráfico da Figura 8 que ilustra as nuances do mercado, corroborando com o movimento descrito acima, as importações superando as exportações, apresentando um saldo negativo na balança comercial.

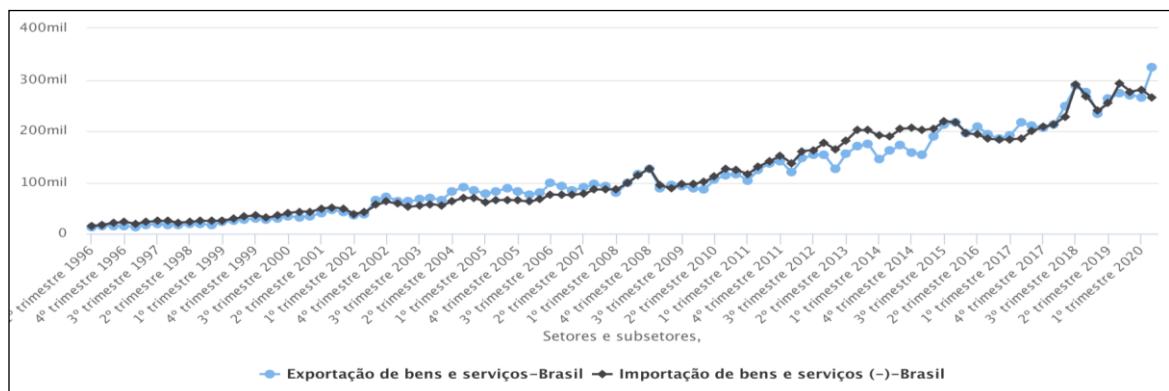


Figura 8. Gráfico da importação e exportação de bens e serviços – valores a preços correntes (milhões de reais) – 1º trimestre de 1996 ao 2º trimestre de 2020. Fonte: ???

²² Disponível em <<https://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil>> Acesso em 12 Set 2020

Ressalta-se que de fato, nem sempre um saldo positivo nas exportações traduz em algo positivo, quando se evita a desindustrialização de um país. Prosseguindo na análise, o ano de 2002 foi marcado por uma retomada da corrente de comércio regional, tendo em vista a superação das crises que atingiram o Brasil e a Argentina. Além destes, a partir de 2003, a América Latina viveu o momento de ressignificação da esquerda na eleição de seus governos, sendo eleitos gestores que adotaram políticas econômicas protecionistas, nacionalistas e intervencionistas em comparação com as que vigoravam nos anos de 1990. O modelo liberal de antes cedia lugar a dois modelos paradigmáticos, o da intervenção branda, conhecida como via brasileira e o da intervenção abrangente, chamada via venezuelana.

No Brasil, o Presidente Lula²³ procurou acalmar os mercados e o mundo dos negócios ao garantir que a propriedade e os contratos seriam respeitados, além da proposta de não mudar o sistema político estabelecido, não evitando, porém, a prática do tripé econômico, ou seja, a manutenção do câmbio flutuante, das metas fiscais e das metas de inflação. Em certa medida, a Bolívia e a Argentina seguiram o mesmo modelo proposto. Já a Venezuela, por meio do presidente Hugo Chávez adotou medidas intervencionistas antimercado, como por exemplo, o congelamento de preços e a reforma do sistema político. O modelo mais drástico representou para o Equador e a Bolívia uma opção, enquanto para a Argentina, as medidas intervencionistas sobre o mercado foram seguidas à risca.

Os dois parceiros mais importantes do Mercosul, quais sejam o Brasil e a Argentina sofreram embates pela retomada nacionalista e protecionista. Por não apresentarem o mesmo desempenho no que concerne à exportação de produtos manufaturados, a Argentina visionou um risco à indústria local. O Brasil, o mais industrializado da região, seguia exportando para toda a região, apesar de todos enfrentarem o mesmo processo de reprimarização, o que potencializou o conflito comercial entre os países membros fundadores. O Brasil para os demais membros do bloco representa um mercado relevante que não pode ser subestimado, enquanto para o governo brasileiro, o papel político supera o interesse comercial, já que há o propósito do protagonismo na América Latina frente ao mercado mundial.

As atividades da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foram articuladas pelo Brasil até o ano de 2019, quando formalizou a sua saída. Atualmente, os únicos membros ativos são Uruguai, Guiana, Bolívia, Suriname e Venezuela.²⁴ Outrora formada pelos 12 países da região, iniciando suas atividades em 11 de março de 2011, a Unasul se apresenta como uma organização política, podendo influenciar nas ações de integração regional entre os países membros e colaboradores do bloco econômico. As motivações para a união de países soberanos em torno de uma ação econômica não significam que outras ações concorrentes não sejam beneficiadas em algum momento, destarte razões de ordem culturais, sociais e políticas, como é o caso da Unasul, podem também ser contempladas.

Neste sentido, a prática das boas relações diplomáticas e comerciais precisam ser preservadas, uma vez que há o anseio em empreender acordos de integração comercial. Em alguns casos, o Brasil e a Argentina são exemplos nada convencionais quando o objetivo é agregar ações comerciais, principalmente quando se prioriza o modelo nacionalista e protecionista de produção e exportação.

Apesar da renúncia dos países à capacidade de se decidir sobre uma série variável de políticas macroeconômicas e setoriais, bem como alíquotas tarifárias ou negociações comerciais externas, bilaterais ou no âmbito de organismos internacionais, como também da dependência na política cambial, a integração regional econômica se baseia em maior grau nas

²³ O candidato à Presidência da República pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, durante um encontro sobre o programa de governo do partido, se comprometeu por meio da “Carta ao povo brasileiro”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>> Acesso em 12 Set 2020

²⁴ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/brasil-oficializa-saida-da-unasul-dw/>> Acesso em 06 Set 2020

benesses deste intento.

A eficiência na produção de bens, por meio da especialização segundo suas vantagens comparativas ou competitivas, a ampliação de seus mercados, o poder de barganha no plano internacional, tendo em vista melhores termos de negociação, bem como o aprimoramento do binômio qualidade/quantidade por força do incremento de inovações e avanços tecnológicos, são ações observadas quando há a participação efetiva de países em um bloco econômico e valem o esforço empregado pelas partes.

A integração não é apenas um mecanismo de abertura comercial, mas é também uma estratégia de inserção internacional política e econômica. Em alguns momentos, a participação em um processo de integração é mais importante que os seus resultados concretos. Isto é particularmente verdadeiro no caso do Mercosul (MARIANO, 2015, pág. 18).

Resgatando as contribuições em aspectos sociais e econômicos, a integração econômica reverbera de forma eficaz, visto que fatores institucionais de progresso social, exemplificados por políticas adequadas de educação universal e técnica, combinados a um plano macroeconômico, com baixa tributação, infraestrutura adequada e regras estáveis, fazem parte das propostas de atração e manutenção das atividades empresariais nos países membros. Embora a lógica da integração avance em uma mistura de fatores políticos, econômicos e sociais e que, por esse motivo entenda ser necessário responder a estímulos internos e externos na obtenção do êxito, mantém-se a difícil tarefa de inserção, já que em um mundo globalizado, mais ações como estas são necessárias na manutenção orgânica do mercado mundial.

Levando em consideração que as empresas são responsáveis pelo protagonismo do fenômeno globalização no século XX, o que resultou em uma maior interdependência entre as economias dos países e a intensificação dos vínculos comerciais, ainda assim algumas nações, nos primórdios dos mercados globalizados, experimentaram do “velho novo” expediente protecionista para conter a perda de empregos nos setores envolvidos em nichos de mercado setorizados, motivando reações sistêmicas que partiam das restrições voluntárias de exportação às quotas tarifárias.

Contudo, o movimento globalizador permitiu a deslocalização de empresas, os movimentos voluntários de capitais, bem como a fuga de expoentes intelectuais, o que acelerou a mobilização de integração entre nações em blocos coesos com maior liberdade ao conduzir políticas econômicas, onde a soberania dos estados já não atua como antes quando o tema envolve vetores cambiais ou monetários. As vantagens observadas por esse padrão de negociação de integração comercial se destacam quando os países envolvidos pertencem ao grupo dos que estão em desenvolvimento, pois estas economias não possuem a força negociadora das nações ricas e desenvolvidas.

Países em desenvolvimento, notadamente preferem esta prática mais política a econômica, pois em sua essência, os acordos podem apresentar limites em seu propósito, no que diz respeito às melhorias em termos de ganhos de produtividade ou modernização tecnológica (MYAZAKI, 2013). No entanto, quando se define a estratégia de acordos no sentido Sul-Norte, entre países com diferentes níveis de desenvolvimento, há uma incerteza no que concerne a um maior número de concessões e uma abertura comercial maior do que a esperada, além dos custos de reconversão e da perda de emprego, porém os resultados positivos em médio prazo podem superar os efeitos negativos. Ainda assim a proposta se torna arriscada, inclusive pelo alto custo político e social.

A proposta da regionalização comercial não apresenta a solução para o desenvolvimento

econômico aos países envolvidos, uma vez que estes evidenciam diferenças históricas e estruturas econômicas diversas, o que pode causar um certo descompasso nas políticas empregadas. Apesar disso, a iniciativa pode em alguns casos e quando se observa a padronização de uma moeda, resguardar desequilíbrios conjunturais e até mesmo desajustes sistêmicos mais amplos, ultrapassando as funções essenciais de um bloco econômico, não significando, portanto, que os planos de abertura de mercado possuem o poder gerador para o alcance de outros objetivos aos quais não se propôs, mas por consequência de atos previstos, poderá alcançar.

Há um sentimento de que os processos de integração regional são uma estratégia eficiente para melhorar a capacidade individual de cada país em lidar com problemas, caso fossem enfrentados de forma isolada, talvez não conseguiria detê-los ou teria dificuldades em resolvê-los. O modelo democrático é algo aceitável e fortalece ações agregadoras, uma vez que amplia a agenda de negociações e a articulação transnacional, com a participação dos representantes da sociedade civil dos países envolvidos e uma pauta de reivindicações voltadas às questões de melhoria na qualidade de vida das populações e das relações destas com o Estado.

No caso do Mercosul, o estabelecimento de espaços de participação direta para representantes da sociedade civil permitiu que a agenda de negociações fosse ampliada ao ponto que tais figuras influenciem no processo decisório constitutivo. Nota-se uma passagem do movimento de cooperação para o de integração, visto que além da demanda econômica há o necessário aprofundamento da relação entre os países, um maior relacionamento dos grupos organizados que buscam a articulação no plano transnacional, no intuito de influenciar os seus respectivos governos com pauta de reivindicações que atendam questões de melhoria na qualidade de vida das populações e da relação destas com o Estado, gerando novos objetivos, bem como novas identidades.

A integração regional, portanto, não se restringe à esfera governamental ou à cooperação intergovernamental, atinge a sociedade como um todo, gerando interações que fogem ao controle estatal entre grupos de interesse e representantes das sociedades (MARIANO, 2015, pág. 21).

Este movimento simbótico pode influenciar e consequentemente alterar a formulação de preferências políticas, ainda que em seus países de origem, os atores sociais reconheçam a sua incapacidade de agir a partir somente da sua atuação nacional. O modelo de integração apresentado pelo Mercosul torna-se eficiente em sua proposta, principalmente no campo político, observadas as pressões sociais internas e o movimento globalizador.

3.4 A ASCENSÃO DA CHINA COMO GRANDE PARCEIRA COMERCIAL

A China, bem como Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan, Indonésia, Vietnã, Malásia e Filipinas, ainda no século XXI causam estranhamento quanto ao seu potencial comercial e a capacidade de influenciar os rumos da globalização e do reordenamento internacional. Goody (2012) afirma que ao separar a Europa da Ásia, Oriente Médio e Norte da África, o pensamento dominante eurocêntrico tem sistematicamente rebaixado sociedades asiáticas, embora ignorando a base comum da Eurásia na Idade do Bronze, como civilização. Sobretudo, como os primeiros proprietários de uma sociedade mundial recém-formada, o continente europeu por meio de seus representantes reescreveu a história com eles mesmos no comando para sempre e usurparam as reivindicações legítimas de outros, ao terem compartilhado com a humanidade grandes conquistas. Em outras palavras, tendo roubado suas terras, os europeus também roubaram a sua história. (HART, 2014) Goody (2012) oferece uma visão peculiar sobre a ideia eurocêntrica de que o ocidente é especial, uma vez que, tanto a Europa, quanto a Ásia, tiveram o seu protagonismo nas atividades econômicas que serviram de base para o capitalismo que hoje conhecemos.

A despeito das críticas feitas ao modo como se relacionavam e operavam as atividades econômicas em seu continente, de acordo com a sua identidade cultural, os países da Ásia ainda representavam a figura do primitivo, em razão da maneira como agiam na produção e comércio de especiarias, tecidos e outros bens tão importantes para a sociedade da época. Contudo, Goody (2012) destaca o fenômeno de alternância nas sociedades beneficiadas com os avanços da Idade do Bronze, época que uniu o Oriente ao Ocidente em um conjunto de conquistas.

Agora, compare esses acontecimentos na China com o que ocorreu quando as frotas de exploração começaram a sair da Europa politicamente fragmentada. Cristóvão Colombo, um italiano de nascimento, transferiu sua lealdade para o duque de Anjou, na França, depois para o rei de Portugal. Quando este recusou seu pedido de embarcações para explorar o oeste, Colombo voltou-se para o duque de Medina-Sedonia, que também recusou, depois para o conde de Medina-Celi, que fez o mesmo, e, finalmente, para o rei e a rainha de Espanha, que negaram seu primeiro pedido mas acabaram cedendo a seu novo apelo. Se a Europa estivesse unificada sob qualquer um dos três primeiros governantes, sua colonização das Américas poderia ter sido natimorta. (DIAMOND, 2017, Pág. 574).

Neste sentido, padrões de unificação e fragmentação política podem influenciar sobremaneira no desenvolvimento econômico de um país. Para Diamond (2017) a ‘terra fraturada’ desempenhou influente tendência da China à unificação política e à prolongada fragmentação política da Europa, sendo, portanto, um movimento que pode elucidar a crescente ampliação de sua economia na contemporaneidade, e o estabelecimento de relações comerciais com o continente africano e a América Latina.

Diamond (2017) afirma que as principais inovações desenvolvidas na Eurásia ocidental, tais como a domesticação de animais, de plantas, a escrita, a metalurgia, a roda, a formação do Estado, dentre outras, surgiram no Crescente Fértil ou próximo a ele. Neste período, a Europa usufruía dos progressos do mediterrâneo oriental e da China. Este ciclo permaneceu ativo quando se diz respeito as conquistas de inovação, bem como as fórmulas filosóficas que ajudaram a moldar o crescimento do estado e da civilização chinesa, tal como o confucionismo.

Apesar do pioneirismo em suas práticas inovadoras, a China ignorava as revoluções

industriais que ocorriam em outros países. Observa-se que nos séculos XVIII e XIX o país enfrentou a estagnação em seu desenvolvimento econômico, já que o estado chinês se encontrava sem recursos financeiros devido ao custo da expansão externa e à corrupção.²⁵ Havia uma grande tensão que envolvia as transações comerciais com o ocidente e as imposições destes por meio de seus tratados.

O assédio que a China sofreu de países ocidentais para que abrisse seus portos ao comércio internacional, culminando em constantes intervenções forâneas em seu próprio território – a guerra contra a Inglaterra (a Guerra do Ópio em 1840) em que o território de Hong Kong lhe foi subtraído; depois contra o Japão em 1895, país que avançou sobre a Manchúria em busca de suas abundantes fontes de recursos naturais, são os eventos de intromissões externas em território chinês mais representativos desde o início do século XIX – representaram, de um lado, o enfraquecimento da unidade política do país e, de outro lado, o começo, para a China, de uma fase de grandes alterações internas em face das mudanças no sistema econômico mundial, sob as quais o país passaria, como de resto as demais sociedades, a ser afetado e suas estruturas seculares tenderiam a ser desafiadas irremediavelmente. (NETO, 2005, pág. 525).

A escalada de mudanças na composição do estado chinês iniciou-se na Revolução de 1911, responsável pela derrocada do regime monárquico que, em 1927 perpassou pela ascensão do partido nacionalista ao poder e finalmente conclui-se em 1949, quando por meio de conflitos entre nacionalistas e comunistas, o partido comunista chinês assume o controle, dando início ao processo de estabelecimento da China enquanto nação comunista. Esse organismo definiu como política básica a reconstrução da economia, centrada na implantação de indústrias de bens de capital, deixando em segundo plano as áreas diretamente ligadas à qualidade de vida, tais como agricultura, educação, cultura, saúde e bem-estar.

O ano de 1949 foi marcado pelo início dos processos revolucionários engendrados pelo partido comunista, na figura de Mao Tsé-Tung, tendo como objetivo principal o desenvolvimento econômico, já que a economia do país se encontrava estagnada e fora do padrão estabelecido pelos países do ocidente em seus processos de industrialização. Durante o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu a média de 9% ao ano²⁶, o que foi intensificado nos anos iniciais do “Grande Salto Adiante” (1958-1959). Não obstante, a China enfrentou um déficit na produção de alimentos devido aos desentendimentos entre a cúpula do Partido Comunista Chinês (PCC) e Mao Zedong, influenciando sobremaneira na condução do plano proposto.

Apesar do afastamento da liderança do país em 1959, Mao Zedong²⁷ exercia influência sobre o partido e a população, sobrepujando decisões tomadas pelos líderes que o sucederam. O exemplo da autoridade de Mao Zedong se materializou na Revolução Cultural, que durante uma década expôs a população chinesa ao conflito ideológico. A tarefa do estado chinês em garantir o ritmo industrializador se manteve, a fim de que a economia socialista se abrisse para trocas econômicas com o exterior.

A inserção mais profunda da economia chinesa na economia mundial era ponto central da estratégia governamental à época – de transformação

²⁵ Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/chinesa/civilizacao-chinesa.htm> Acesso em 28jul2021

²⁶ Disponível em <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/750/586>> Acesso em 04ago2021

²⁷ Disponível em <<https://www.scielo.br/j/eh/a/YxZB6gbwWg8kyfngZqz4Zp/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 08ago2021

socioeconômica e de mudança do posicionamento do país na geopolítica mundial. Se, por um lado, a abertura econômica foi colocada como condição necessária ao rápido crescimento econômico, por outro, mudanças na estrutura institucional do país se mostraram necessárias enquanto caminhos ao objetivo maior. (SILVA, 2014, pág. 235).

A estrutura empregada pelo partido comunista, na figura de Mao Tsé-Tung, possibilitou que as mudanças ocorressem e fossem responsáveis pelo sucesso da estratégia de industrialização sucedidas na China durante o período de 1949 a 1976. Para Milaré & Diegues (2012), as reformas mais importantes nesse período foram além da quebra do imobilismo tradicional, a formação da indústria pesada, o aumento da área irrigada e a criação de uma indústria de insumos agrícolas. O período promissor contou com o foco na indústria de base, permitindo avançar nos mais diversos setores com ganhos de eficiência e produtividade.

O Primeiro Plano Quinquenal representou para a agricultura chinesa o avanço da coletivização do campo em substituição à pequena propriedade familiar. Apenas 2% das famílias camponesas trabalhavam em cooperativas ou fazendas coletivas em 1954; em 1955 eram 14%, e, em 1956, 98% (NAUGHTON, 2007). A coletivização do campo, bem como a transmutação das empresas privadas permitiram que o estado definisse cotas e preços de produção.

Em 1958 o estado enfrentava o auge da atmosfera ideológica, concomitantemente a economia chinesa alavancava com uma produção agrícola recorde e um aumento na produção de aço.²⁸ Os ensinamentos do professor e filósofo Confúcio (551 a 479 antes de Cristo)²⁹ foram usados como base moral para a sociedade chinesa, no sentido da manutenção da estabilidade social durante um período de grande turbulência política e social. Desde então, os ensinamentos de Confúcio continuaram a influenciar a cultura chinesa, e são considerados uma parte fundamental de sua tradição filosófica. O ano de 1958 foi marcado por um elevado entusiasmo em todas as ações que moviam o desenvolvimento econômico chinês, no entanto não havia unidade no PCC, trazendo consequências devastadoras para a população no período, com uma grave crise de subsistência. A fome irrompeu na China em 1960, mais severamente no campo e nas províncias do interior, porém o estado prosseguiu na extração de grãos para abastecer as áreas rurais, mantendo uma aparência de normalidade nas cidades costeiras.³⁰

²⁸ Disponível em: <https://valeriaribeiroufabc.files.wordpress.com/2017/07/barry-naughton-the-chinese-economy-transitions-and-growth.pdf> Acesso em 13ago2021

²⁹ Disponível em: [905-Brasil_e_China_no_Reordenamento_das_Relacoes_Internacionais.pdf](https://valeriaribeiroufabc.files.wordpress.com/2017/07/905-Brasil_e_China_no_Reordenamento_das_Relacoes_Internacionais.pdf) Acesso em 03abr2023

³⁰ Disponível em: <https://valeriaribeiroufabc.files.wordpress.com/2017/07/barry-naughton-the-chinese-economy-transitions-and-growth.pdf> Acesso em 13ago2021

Apesar dos avanços realizados por Mao, que permitiram, por exemplo, o desenvolvimento da uma indústria pesada e de novos setores agrícolas, a economia chinesa foi estrangulada pelo afastamento com a URSS. Esse cenário de dependência somente se alterou nos anos 1970 e mais notadamente nos anos 1980, quando o país asiático retomou suas relações com os países capitalistas e estabeleceu gradualmente uma parceria comercial e "nanceira de longo prazo com os Estados Unidos. Isso evidentemente modificou os rumos das relações entre China e URSS. (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011, Pág.200/201).

Após a partida da antiga União Soviética do território chinês e a crise na provisão de alimentos, o controle sobre a economia foi recentralizado na tentativa de restaurar a ordem. Aproximadamente todas as necessidades básicas foram racionadas na tentativa de minimizar o impacto da escassez. A produção existente foi reorientada, na medida do possível, para fornecer maiores insumos na agricultura. (NAUGHTON, 2007).

Em 1964, a China encontrava-se isolada do mundo, e de certa forma, ameaçada pelo envolvimento americano com o Vietnã. Quando a pior crise pós "Grande Salto Adiante" termina, Mao Zedong pressiona pela construção da "Terceira Frente", programa de construção com foco nas províncias do interior da China. O objetivo era criar uma base industrial que proporcionasse ao país independência estratégica, já que ao construir fábricas em regiões remotas e montanhosas no interior, esperava-se garantir que a base industrial da China fosse protegida da pressão militar americana ou soviética.

Neste período, houve uma grande alta na construção de fábricas e linhas ferroviárias nas províncias do sudoeste da China, particularmente em Sichuan e Guizhou.³¹ O modelo estratégico Big Push³² foi firmemente restabelecido como a base da política de desenvolvimento da China, agora com um elenco militarizado e regionalmente redistributivo. À medida que as primeiras etapas da construção do interior foram concluídas, o investimento e a produção industrial aumentaram na mesma proporção. A proposta da "Terceira Frente" dominou a construção econômica chinesa do final de 1964 até ser interrompida de modo súbito pela erupção da Revolução Cultural.

A partir de fins da década de 1970, modificações significativas na condução da política do Partido Comunista Chinês (PCC), para o país como um todo, vieram a ter lugar. Em 1972, o presidente americano Richard Nixon visitou a China depois de uma série de contatos político-diplomáticos que este país passou a fazer com os Estados Unidos da América (EUA) como forma de tornar-se independente da influência da União Soviética. Outro fato relevante foi a própria morte de Mao Zedong em setembro de 1976, que exigiu que as forças políticas do Partido se rearticulassesem para a escolha do seu sucessor. O processo sucessório viria a dar esação para uma guinada na condução das políticas econômicas com a reavaliação de que uma interação mais intensa com o exterior seria necessária para a continuidade do crescimento econômico. (NETO, 2005, pág. 528).

Após a morte de Mao Zedong em 1976, Deng Xiaoping assumiu a liderança do país promovendo inúmeras reformas econômicas, as quais possibilitaram a implantação de uma

³¹ Disponível em: <https://valeriaribeiroufabc.files.wordpress.com/2017/07/barry-naughton-the-chinese-economy-transitions-and-growth.pdf> Acesso em 13ago2021

³² ROSENSTEIN-RODAN

economia de mercado nos moldes capitalistas, bem como uma política de aproximação com o Japão e os Estados Unidos, atraindo capitais estrangeiros para a China. Para Nozaki, Leão & Martins (2011) a reaproximação com a URSS ocorreu porque a política externa chinesa presente visava a ascensão pacífica, na qual a normalização das relações diplomáticas com diversos países foi considerada prioritária.

A despeito de todas as crises enfrentadas desde a assunção do PCC ao poder até a contemporaneidade, a China construiu sua economia com bases sólidas, sendo perseguidas as 4 Modernizações (4M)³³, as quais reuniam agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia, o que já era definido por Zhou Enlai em 1964, membro atuante na política de Mao. Nos documentos oficiais do governo o centralismo econômico e a rigidez dos controles eram rejeitados, contudo havia a recusa em adotar a propriedade privada dos meios de produção. (MEDEIROS, 2013).

São cinco os desafios principais que o desenvolvimento chinês vem enfrentando e que se projetam no futuro imediato: manter o crescimento econômico elevado e deslocar a estrutura produtiva na direção de setores intensivos em ciência e tecnologia; reduzir as assimetrias sociais e regionais de forma a conter a crescente contestação interna e manter a unidade do PCC; expandir a influência econômica e política da China no Sudeste Asiático; garantir a expansão de fontes de suprimento de energia e matéria-prima; e por último, mas de importância maior, modernizar as forças armadas, dissuadir o projeto de autonomia de Taiwan e contornar as iniciativas estratégicas americanas de isolar e conter a China. (MEDEIROS, 2008, Pág. 2).

No século XXI, a China dispõe de condições singulares, as quais lhe concederam ao longo do tempo e do aprimoramento de seus processos produtivos, um grau de competitividade alto em boa parte dos segmentos industriais aos quais se propôs a atender, logo, tem desempenhado um papel importante para o Mercosul, uma vez que há mais de uma década o país se tornou o maior importador de produtos do bloco econômico, embora sua influência no mundo ocidental, em muitos aspectos estivesse à frente do continente europeu em grande parte da história (HART, 2014).

A importância da parceria econômica empregada entre a China e os países do Mercosul, em especial o Brasil e a Argentina se demonstram frágeis à cultura das Commodities como uma única fonte exportadora de produtos primários. Saylor (2014) acredita que booms de exportação de matérias-primas alteram as circunstâncias da normalidade, posto que os lucros gerados alcançam um seletivo grupo de atores econômicos, a despeito das coalizões entre atores econômicos e políticos na provisão de bens públicos, tais como pacificação territorial, transporte e redução de custos de transação de capital.

Uma forte dependência econômica na exportação de bens primários por parte dos países do Mercosul, em destaque o Brasil e a Argentina, pode ocasionar em um enfraquecimento de uma produção de produtos manufaturados. Conforme estudos do IBGE direcionados à pesquisa de inovação tecnológica em 2008³⁴, o desenho amostral da PINTEC (Pesquisa de Inovação Tecnológica) se baseia na hipótese de a inovação ser um fenômeno raro, por não estar presente em todas as unidades selecionadas. A adoção dos desenhos tradicionais de avaliação, tais como, amostragem aleatória estratificada por localização, atividade e porte da empresa, poderia fornecer dados que não correspondem a fração da população de empresas que de fato implementaram inovações.

³³ Disponível em <[Microsoft Word - medeiroschina.rtf \(usp.br\)](https://www.researchgate.net/publication/280350088/Microsoft_Word_-_medeiroschina.rtf)> Acesso em 15ago2021

³⁴ Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv46495.pdf> Acesso em 16mai2021

Desta forma, pode-se inferir que no Brasil não há uma constância em projetos de inovação na indústria, pois o termo tende a apresentar diversos significados no ambiente corporativo e a Pintec reconhece que o conceito de inovação é considerado complexo para as empresas brasileiras, uma vez que a maioria das inovações são introduzidas em caráter adaptativo e incremental, e as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) mostram-se em grande parte ocasionais e organizadas em estruturas informais.

Em uma crítica ao processo de inovação presente nas indústrias brasileiras, é trazido ao texto o resgate do comércio europeu com os territórios ocupados no momento das grandes navegações, onde a intenção não se baseava no povoamento de terras primitivas. (PRADO JR, 2011). Países como o Brasil, que naquele tempo não se constituía como nação, serviam como base exploratória de recursos naturais, e quando foi necessário o povoamento, este atrairia feitorias que manteriam a organização na produção de gêneros que interessavam ao comércio português. Na contemporaneidade, observa-se a permanência de uma atitude produtora de matéria-prima e a compreensão relativa de uma prática colonial, subjetivada pela classificação do termo “inovação” como algo complexo e de difícil compreensão, já que países que compõem a América Latina são subjugados a ideia das grandes plantations e não de territórios que poderiam manter-se em um mesmo nível de nações industrializadas e competitivas.

Logo, o resultado da desindustrialização de um país promove a perda de mão-de-obra qualificada, aumento da desigualdade e um potencial declínio na capacidade de inovação. Não há uma crítica direta ao movimento desindustrializador, uma vez que já se observa a sua manifestação em outros países, porém quando a desindustrialização precoce ocorre em países em desenvolvimento, interrompe-se um processo natural já vivenciado por países desenvolvidos, podendo afetar sobremaneira o crescimento econômico dos países envolvidos. Na América Latina, com o encolhimento da manufatura, a informalidade cresceu e a produtividade econômica foi duramente afetada. (RODRIK, 2016).

Para Saylor (2014) a capacidade do Estado é fundamentada no grau de envolvimento com a sociedade civil por meio dos seus agentes públicos, a fim de implementar decisões logisticamente políticas. É necessário que este atue de forma satisfatória e não apenas restrito a cobrança de impostos, associado a uma maior atenção às pressões sociais que provocam a construção de um governo de “baixo para cima”, na provisão de bens públicos. Sokoloff e Engerman (2000) afirmam que as diferenças entre as sociedades na distribuição do poder político podem ter contribuído para a persistência dos graus relativos de desigualdade por meio dos efeitos sobre o desenvolvimento institucional.

Embora fatores externos possam ter influenciado em uma demanda preferencialmente voltada para a produção de commodities, fatores internos deram o tom do desenvolvimento institucional brasileiro, ao qual contou com uma economia embasada nas plantations, mantida por uma fração esmagadora de escravizados, tornando as distribuições de riqueza e capital humano extremamente desiguais. (SOKOLOFF & ENGERMAN, 2000).

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido". Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. (PRADO JR., 2011, p. 19).

Quijano (2005) assevera que o elemento “terra” introduziu uma diferença básica em sua

distribuição em comparação aos Estados Unidos. Argentina e Brasil permitiram que se concentrasse grandes latifúndios em posse de poucos proprietários, sendo este primeiro, fruto de terras conquistadas dos povos originários. Neste sentido, qualquer tipo de relação democrática entre os próprios brancos ficou prejudicada, e consequentemente, toda a relação político-democrática na Argentina. Tal ação constituiu um Estado oligárquico, que foi parcialmente desfeito a partir da Segunda Guerra Mundial, no entanto, resquícios de uma sociedade colonial perseveraram, principalmente nos aspectos identitários associados à herança histórica latino-americana. Tais territórios preservam características comuns e marcantes, as quais ainda afetam o funcionamento de suas economias pelo resquício de um passado colonial. Persiste o entendimento de que sem o movimento de descolonização da sociedade, o processo de independência dos países na América Latina em direção ao desenvolvimento de Estados-nação modernos não se concretizará, precipuamente por estas estruturas de poder estarem organizadas sobre e ainda ao redor do eixo colonial. (QUIJANO, 2005).

Em contrapartida, o protagonismo chinês se consolida na economia mundial, visto que o país já é o maior parceiro comercial da maioria dos países do mundo. O produto interno bruto (PIB) chinês já alcançou os US\$ 13 trilhões, e em 2015, suas exportações chegaram a US\$ 2,3 trilhões, consentindo ao país obter um saldo comercial de US\$ 600 bilhões. Os maiores clientes são os Estados Unidos, para onde se encaminhou 18% das exportações chinesas, Hong Kong (14,6%) e Japão (6%). No mesmo ano a China comprou do mundo US\$ 1,7 trilhão e o Brasil está entre seus dez maiores fornecedores.³⁵

Apesar das críticas abertas à China terem se tornado uma constante na política externa brasileira do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), devido ao seu alinhamento ao então presidente Donald Trump (2017-2021) e a ideologia nacionalista defendida por ambos, a dependência comercial do Brasil em relação ao país asiático cresce a cada ano, e pode ficar ainda maior nos próximos anos. Esta relação comercial tem sido construída ao longo da década passada, contabilizando o encadeamento dos países do Mercosul com a China. Conforme a tabela II, o ano de 2009 marca o início de uma parceria importante da China com o Mercosul, onde o volume de movimentação comercial com o bloco contabilizou U\$25.244, 58 milhões de dólares em importação de produtos.

³⁵ Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/05/china-consolida-protagonismo-na-economia-mundial-avaliam-analistas>> Acesso em 30mai2021

Tabela 2. Movimentação comercial do Mercosul com demais países em 2009.

Intensidade de exportação: Total de todas as commodities SITC Rev. 2: 2009: AG4				
ISO	País	Milhões de US \$	Percentagem	Acumulado
CHN	China	25244,58	9,16	9,16
nulo	Áreas, nes	21893,23	7,94	17,1
USOS	USOS	20156,81	7,31	24,41
nulo	LAIA, nes	16610,43	6,02	30,43
SUTIÃ	Brasil	14828,35	5,38	35,81
nulo	América do Norte e América Central	13929,31	5,05	40,86
ARG	Argentina	13691,92	4,97	45,82
NLD	Países Baixos	10852,65	3,94	49,76
DEU	Alemanha	7901,51	2,87	52,63
CHL	Pimenta	7539,14	2,73	55,36
VIR	Venezuela	4966,28	1,8	57,16
ITA	Itália	4838,65	1,75	58,92
JPN	Japão	4818,16	1,75	60,66
ESP	Espanha	4759,13	1,73	62,39
GBR	Reino Unido	4638,64	1,68	64,07
RUS	Federação Russa	4168,15	1,51	65,58
IND	Índia	4152,33	1,51	67,09
MEX	México	3959,44	1,44	68,53
BEL	Bélgica	3678,73	1,33	69,86
nulo	Outra Ásia, ne	3608,99	1,31	71,17
FRA	França	3460,46	1,25	72,42
KOR	Rep. Da Coreia	3280,3	1,19	73,61
REPOLHO	Colômbia	3124,52	1,13	74,75
URY	Uruguai	3032,62	1,1	75,85
nulo	Outra Europa, ne	2741,29	0,99	76,84
ALAVANCA	Paraguai	2614,64	0,95	77,79
POR	Peru	2509,43	0,91	78,7
ACL	Santa Lúcia	2.435,10	0,88	79,58
SAU	Arábia Saudita	2309,47	0,84	80,42
Outros países		53990	19,56	19,58

Fonte: CEPAL (2021).³⁶

Ao subestimar tais relações por motivos estratégicos, os Estados Unidos durante este período concentraram os seus esforços na luta contra o terrorismo no Oriente Médio e no Afeganistão, após os atentados contra o World Trade Center em 2001, bem como as ações para reequilibrar a política externa junto à Índia e ao Paquistão. Por outro lado, a América Latina renovava as suas lideranças em um viés voltado para o social, em práticas governamentais concentradas na nacionalização dos recursos naturais de seus países e o aumento dos impostos sobre os lucros das empresas transnacionais que operavam em seus territórios. (CORREA, 2021).

³⁶ Disponível em <https://sgo-win12-we-e1.cepal.org/dcii/sigci/sigci.html> Acesso em 30mai2021.

Implícito (ou não) está que o fortalecimento da China na liderança da governança global passa pela cooperação com os países em desenvolvimento, na medida em que o país asiático representa um relevante mercado e que essas economias – notadamente as economias sul-americanas – representam-lhe espaços para seu IDE e acesso a matérias-primas, bem com a suas exportações, as quais deverão ser cada vez mais sofisticadas em decorrência, por exemplo, do Plano “Made in China 2025”. (WEGNER, 2018, pág. 9).

Destarte, as instituições financeiras chinesas (Banco de Desenvolvimento da China e Banco de Exportação e Importação da China) ofereceram crédito aos países latino-americanos que encontravam dificuldade junto aos mercados internacionais. Mais condescendente que os Estados Unidos, a China em sua proposta oferecia a possibilidade de a dívida ser paga em commodities. (CORREA, 2021) Esse modelo permitiu à China suprir a necessidade de recursos naturais para atender a demanda de seu país, enquanto para os países latino-americanos, o ganho seria a promessa de uma cooperação baseada na igualdade, no desenvolvimento compartilhado e que tanto China, quantos seus parceiros comerciais seriam beneficiados em suas práticas. Não obstante, esse acordo tenha sido celebrado de forma otimista, tendo a China se colocado a um nível de desenvolvimento semelhante ao dos países latinos em relação aos EUA, o padrão de comércio empregado se apresenta como uma reprodução do já conhecido modelo Norte-Sul, onde produtos manufaturados são vendidos em troca de matérias-primas dos países parceiros.

Embora o acordo comercial apresente algumas semelhanças, a China se distancia das propostas estadunidenses, devido a nova fase definida como cooperação voltada à inovação científica e tecnológica, inclusive intercâmbios no plano militar. Há uma tensão entre os EUA e a China na conquista de mercados, pois tantos os movimentos políticos de direita e extrema direita alinhados aos preceitos do governo Trump, quanto o poderio tecnológico chinês que já se avizinha ditando as regras para o comércio industrial, conferiram aos países envolvidos posições de alinhamento àqueles que, de certa forma, podiam ajudar no desenvolvimento de suas economias.

Nas ações de disputa pelos mercados se destacam movimentos ideológicos e a identificação por estes, o que em muitos casos se sobrepõem às verdadeiras necessidades de cada país. Nesse cenário de rivalidade, o Brasil e demais membros do Mercosul buscam alternativas melhores para suas políticas comerciais, desta forma, há o enfraquecimento da posição geopolítica da América Latina, impossibilitando que seu principal escudo contra pressões externas seja exercido, qual seja a integração regional.

Este patrón de poder se ejerce globalmente desde sus comienzos en todo el planeta. Pero no existe, ni existió en momento alguno, de modo históricamente homogéneo en todo el espacio mundial. Lejos de eso, por su propio carácter el capitalismo articula múltiples espacios-tiempos o contextos que son histórica y estructuralmente desiguales y heterogéneos y configura con todos ellos un mismo y único orden mundial. En otros términos, este patrón de poder es mundial, no puede existir de otro modo, pero se "desarrolla" de modos diferentes y en niveles distintos en diferentes espacios-tiempos o contextos históricos. O, mejor, tales espacios-tiempos se diferencian por el modo y el nivel de ese patrón de poder. (QUIJANO, 2000, págs. 39/40).

Após o histórico de ascensão da China como o país potente em relações comerciais com o Brasil e demais países do Mercosul, faz-se necessário descortinar a ação do agronegócio no Brasil, enquanto importante atividade econômica, envolvendo as principais culturas, quais sejam soja, minério de ferro e petróleo, em avaliações que seguem no capítulo a seguir.

4. CAPÍTULO III

BRASIL E CHINA: COMO SUPERAR TAL DEPENDÊNCIA COMERCIAL

4.1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a China se tornou um dos principais parceiros comerciais do Brasil, com relações que se intensificaram especialmente desde o início do século XXI. No entanto, a dependência econômica do Brasil em relação à China se tornou uma preocupação crescente para o país. Isso porque a relação comercial com a China tem sido marcada por um desequilíbrio, em que o Brasil se tornou cada vez mais dependente da exportação de matérias-primas para a China. Nesse sentido, este capítulo busca discutir os efeitos da China na agricultura e indústria brasileira, bem como apresentar possíveis soluções para superar a reprimarização da economia brasileira e sofisticar o comércio entre os dois países.

4.2 EFEITOS DA CHINA NA AGRICULTURA BRASILEIRA

As relações comerciais e de investimento entre a China e a América Latina, incluindo o Brasil e o MERCOSUL, expandiram-se rapidamente nas últimas décadas do ano 2000. A China é atualmente o principal parceiro comercial do Brasil e do MERCOSUL, e as relações comerciais foram ampliadas nos últimos anos, principalmente na área de commodities como soja, minério de ferro e petróleo.

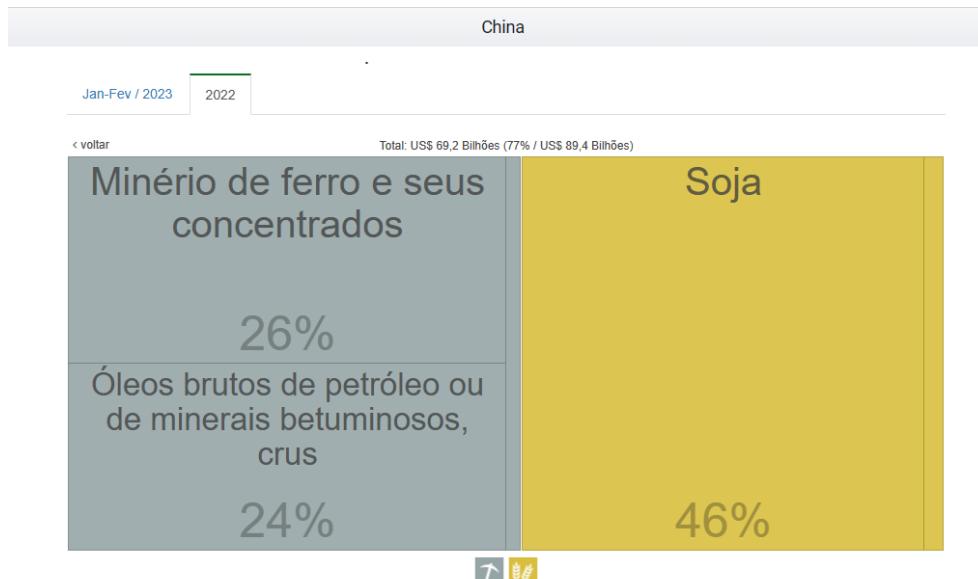


Figura 9. Produtos Exportados Brasil-China (2022). Fonte: ComexVis 2023.³⁷

A Figura 9 indica o cenário em que a China domina as exportações no Brasil, não sendo possível imaginar a economia brasileira sem a participação deste parceiro de longa data. Em 2020, a China comprou cerca de 32% de todas as exportações brasileiras e 24% das exportações do MERCOSUL.³⁸ Além disso, a China tem investido significativamente na América Latina, principalmente em atividades ligadas à infraestrutura, energia e recursos naturais.³⁹ No entanto, as relações comerciais entre a China e a América Latina também enfrentam desafios, como dependência excessiva de commodities e falta de diversificação de produtos, bem como preocupações com o impacto ambiental e social de alguns investimentos chineses. Em suma, as relações comerciais e de investimentos entre a China e a América Latina, incluindo o Brasil e o MERCOSUL, cresceram rapidamente nas últimas décadas, porém enfrentam desafios importantes.

A China é atualmente um dos principais parceiros comerciais do MERCOSUL, bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela (esta última suspensa do bloco desde 2016). Desde o estabelecimento do diálogo estratégico entre a China e o MERCOSUL em 2004, as relações comerciais e de investimento entre as partes têm crescido significativamente. (MAGGIORELLI, 2020) Os principais produtos exportados pelo bloco para a China incluem soja, petróleo, minério de ferro, carne e celulose.⁴⁰ Por sua vez, a China exporta

³⁷ Disponível em <[Comex Stat - ComexVis \(mdic.gov.br\)](http://Comex Stat - ComexVis (mdic.gov.br))> Acesso em 11mar2023

³⁸ Disponível em <[Comex Stat \(mdic.gov.br\)](http://Comex Stat (mdic.gov.br))> Acesso em 11mar2023

³⁹ Disponível em <[200807_rtm_22_artigo_7.pdf \(ipea.gov.br\)](http://200807_rtm_22_artigo_7.pdf (ipea.gov.br))> Acesso em 11mar2023

⁴⁰ Disponível em <[Comex Stat \(mdic.gov.br\)](http://Comex Stat (mdic.gov.br))> Acesso em 11 mar 2023.

para o MERCOSUL principalmente produtos manufaturados, como eletrônicos, equipamentos de telecomunicações e produtos têxteis. Sob a ótica do regionalismo aberto (CORAZZA, 2006), o efeito estabelecido por essa prática comercial trouxe a promoção da cooperação em áreas como investimento, serviços e propriedade intelectual.

Além do comércio de bens, a China tem aumentado seus investimentos no MERCOSUL, sobretudo em setores como energia, infraestrutura e agricultura. Isso tem gerado oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico nos países do bloco, embora também possa haver impactos negativos em setores locais mais vulneráveis à concorrência, uma vez que não há como competir em um universo de tecnologia e recursos financeiros desfrutados por empresas estrangeiras. Evocando Santos (2003, p.39), *É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle.* O autor traz a reflexão de como a influência vultosa da mídia para a propagação e manipulação das massas por meio de fábulas e ideologias que tornam a mercado globalizado atraente, em uma idílica aldeia global, no entanto se apresenta como uma deleal competição entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas.

Até o início dos anos 2000, a agenda sino-brasileira era limitada principalmente à esfera comercial bilateral, com exceção do projeto CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite)⁴¹ de 1989, que foi um marco importante no campo da alta tecnologia. (HOLANDA, 2011) No entanto, a crise financeira global de 2008 mudou significativamente o cenário internacional, levando à emergência de novos polos de poder e à necessidade de uma maior cooperação entre países em desenvolvimento. Nesse contexto, a relação sino-brasileira começou a se expandir além da esfera comercial, com a assinatura de uma Parceria Estratégica em 1993 (Biato Junior, 2010) e a criação do Fórum de Cooperação China-América Latina e Caribe em 2004. (MAGGIORELLI, 2020).

Observa-se que o Brasil e a China apresentam algumas semelhanças em termos de suas características como países em desenvolvimento, com grandes territórios e populações, e buscando uma maior participação no sistema internacional. Ambos os países também enfrentaram desafios semelhantes em relação à pobreza, desigualdade e desenvolvimento econômico, ressaltando que no Brasil, a proporção desafiadora de tais aspectos ainda persiste.⁴² No entanto, também existem diferenças significativas entre os dois países em termos de suas estruturas políticas e econômicas. Enquanto a China é uma economia socialista de mercado liderada pelo Partido Comunista, o Brasil é uma democracia representativa com uma economia de mercado.

O Brasil desempenha um papel importante no cenário internacional, especialmente em organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), onde o país é um membro ativo do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e do Conselho de Segurança. (BIATO JUNIOR, 2010) O Brasil também tem sido um defensor do multilateralismo e da cooperação internacional em questões como o comércio, o meio ambiente e os direitos humanos. (VIOTTI; GIACOMELLI, 2022) A China, por sua vez, tornou-se um dos principais atores no sistema internacional nas últimas décadas, com um papel cada vez mais ativo em organizações como a ONU, o G20 e a Organização Mundial do Comércio.

As relações comerciais entre a China e a América Latina têm enfrentado alguns desafios, em especial o Brasil, como a dependência excessiva do comércio de commodities e a falta de diversificação da pauta de exportações da região, concentrando suas atividades em três áreas,

⁴¹ Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres

quais sejam soja, metais e hidrocarbonetos. (MAGGIORELLI, 2020) No mesmo sentido, a retórica oficial da China em relação à ajuda externa muitas vezes enfatiza a ideia de que a assistência é fornecida com base nos princípios de igualdade e benefício mútuo. A China argumenta que sua ajuda não é uma atividade de assistência, mas sim uma cooperação baseada em ganhos mútuos, na qual ambas as partes se beneficiam. A China também enfatiza que sua ajuda é livre de condicionalidades políticas e respeita a soberania dos países receptores. (MAGGIORELLI, 2020).

A condicionalidade política na cooperação chinesa é representada de forma mais evidente pela política "Uma China", que consiste em um aspecto fundamental da agenda chinesa. Para estabelecer qualquer tipo de relação oficial com a China, é necessário que o país receptor rompa qualquer relação diplomática com a República da China (Taiwan), que é considerada pela China como uma província não alinhada, além de adotar medidas para isolar Taiwan em organizações internacionais. (MAGGIORELLI, 2020); (MATTLIN; NOJONEN, 2011).

Por outro lado, há preocupações quanto a questões ambientais e trabalhistas relacionadas à produção de commodities como soja e carne, que podem afetar a imagem e a reputação dos países do bloco no mercado internacional, por conseguinte prejudicar o bom desempenho dos países envolvidos. (GAMEIRO, 2021).

A despeito de toda a dinâmica comercial empregada pelo Brasil e o MERCOSUL no tocante à China, a possibilidade deste país servir os demais aos quais se relaciona economicamente, torna possível a premissa de que tais nações sirvam aos interesses chineses, restringindo, de certa forma, o desenvolvimento econômico brasileiro. Para Quijano (2005), o impacto do passado e as estratégias de desenvolvimento econômico no crescimento das economias, especialmente em países com recursos naturais abundantes apresentam um perfil de exportação baseado em commodities, o que significa que a maior parte de suas exportações é composta por produtos primários, como minerais, petróleo, soja, café, entre outros.

Para Castro (2008) há um temor quanto a aproximação e a inserção ao mercado sino-cêntrico, quando uma economia apresenta desenvolvimento e diversificação aquém do esperado, sendo mais rápido o seu crescimento, sob influência da expansão chinesa, no empenho em atender o perfil e a grandiosa demanda chinesa a partir do boom dos commodities. Esta ação pode trazer uma injeção temporária de recursos e receitas para um país, mas tal bonança pode ser passageira e não garantir um crescimento sustentável, ora, a dependência excessiva de commodities pode tornar um país vulnerável a flutuações no mercado global e a fatores externos que podem afetar os preços das commodities.

Por conseguinte, tais ações comerciais podem limitar o crescimento econômico desses países, uma vez que a produção de matéria prima geralmente requer menos capital, tecnologia e inovação do que outros setores, como a indústria manufatureira. Além disso, a produção de commodities está sujeita a instabilidades de preços no mercado internacional, o que pode afetar a estabilidade econômica e o bem-estar social desses países. Por outro lado, países com recursos naturais escassos tendem a investir mais em setores com maior valor agregado, como tecnologia, serviços e indústria manufatureira, o que pode levar a um crescimento econômico mais rápido e sustentável. No entanto, é importante notar que a abundância de recursos naturais por si só não é uma maldição, e há exemplos de países que conseguiram desenvolver economias diversificadas e bem-sucedidas, mesmo tendo recursos naturais abundantes. Isso requer uma combinação de políticas públicas eficazes, investimentos em infraestrutura e capital humano, além de uma gestão responsável dos recursos naturais. (NORTH, 2018).

No caso do Brasil, o enfoque na produção de commodities surge como uma alavanca econômica, sobrepondo uma importante perda da produção física manufatureira, como fonte de geração de emprego e valor adicionado. A produção manufatureira tem um papel importante na

economia, pois envolve a transformação de matérias-primas em bens acabados, agregando valor ao produto e gerando empregos em diversas etapas do processo produtivo. Além disso, a dependência excessiva da produção de commodities pode tornar a economia brasileira vulnerável, podendo afetar negativamente a saúde financeira do país e o bem-estar da população.

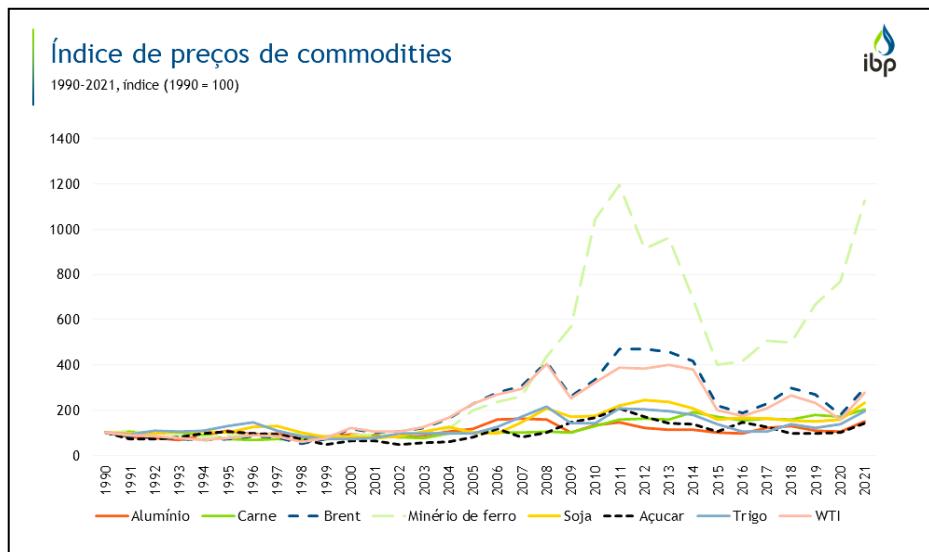


Figura 10. Índice de preços de commodities (1990-2021). Fonte: IBP 2023.⁴³

Na Figura 10, observa-se a variação no índice de preços de commodities, em destaque a alternância da cotação do minério de ferro, entre os anos de 2008 e 2018, um exemplo de riqueza natural abundante no país e responsável por 26%⁴⁴ das exportações brasileiras para a parceira China. Desta forma, é importante que o Brasil diversifique a sua economia, para tanto incentive a produção de bens manufaturados e *high tech*, a fim de criar fontes de geração de emprego e renda, tornando a economia resistente a choques externos. Destarte, a ideia de que a inovação é algo complexo e de difícil compreensão é, na verdade, um reflexo da falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em grande parte dos países latino-americanos, apesar do Brasil ter exemplos de políticas voltadas para a ciência e tecnologia (C&T) que foram criadas a partir dos anos de 1990, tais como a criação de fundos setoriais, a Lei de Inovação e os incentivos fiscais da Lei 11.196/2005, conhecida como “Lei do Bem”, bem como o Plano Inova Empresa de 2013. (DE NEGRI, 2017). A inovação é uma parte fundamental do desenvolvimento econômico e tecnológico, e é essencial para que as nações se mantenham competitivas em um mercado global cada vez mais exigente. Sen (2000) afirma que existem evidências que o sistema de mercado pode embalar o crescimento econômico e a expansão dos padrões de vida, ainda que tais políticas econômicas sejam limitadoras no que tange a expansão de liberdades substantivas, principalmente por meio da prosperidade econômica geral. Sen (2000) assevera que negar oportunidades econômicas às pessoas e as consequências favoráveis que os mercados dispõem e garantem pode resultar em privações. Há uma perda social quando se nega às pessoas o direito mútuo de interagir economicamente, pois existem modificações das cadeias globais de valor ao redor do mundo, o aprofundamento das políticas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) voltadas a tecnologias inteligentes e conectadas e a necessidade

⁴³ Disponível em <[Índice de preços de commodities – Snapshots – IBP](https://www.ibp.com.br/indice-de-precos-de-commodities-snapshots-ibp)> Acesso em 31Mar2023

⁴⁴ Disponível em <[Comex Stat - ComexVis \(mdic.gov.br\)](https://mdic.gov.br/ComexStat/ComexVis)> Acesso em 11mar2023

premente em enfrentar as questões ambientais que podem dificultar a composição de ações para o desenvolvimento industrial e de inovação em países periféricos, como é o caso do Brasil.⁴⁵ É necessário o entendimento que apesar do contexto complexo, novos espaços e oportunidades podem permitir o alcance efetivo de uma política tecnológica e industrial sustentável brasileira.

Ainda que os desafios estruturais e históricos se apresentem, países da América Latina têm alcançado avanços significativos em áreas como tecnologia e inovação. No entanto, é necessário que haja uma maior atenção e investimento em políticas públicas voltadas para a inovação e o desenvolvimento tecnológico, isso inclui incentivos fiscais e financeiros para empresas de tecnologia, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e o fortalecimento de instituições que possam promover a inovação e a competitividade em nível regional e global, já que existe uma legislação para tal fim e escolas brasileiras promotoras de inovação. Com efeito, a China, após as reformas de Deng Xiaoping, iniciadas pelo sistema agrícola de propriedade comunal, alcançando as indústrias de pequena e média dimensão, controladas localmente e por fim os investimentos estrangeiros, se coloca na qualidade de segunda economia no mundo, ocupando espaços comerciais importantes tanto na América Latina quanto na África. (PRETO, 2011) Tais reformas, deliberadamente foram capazes de posicionar a China no lugar de protagonismo comercial neste mundo globalizado, em destaque o modo como foi propagada a expansão chinesa, isenta de opiniões a respeito de objetivos ideológicos adotados por seus parceiros comerciais, permitindo estabelecer laços com uma ampla variedade de países e regiões em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia.

Na América Latina, a função comercial exercida pela China supriu de certa maneira a lacuna deixada pelo parceiro de outrora, os EUA. Em 2011, a política externa adotada pelo então presidente Barack H. Obama, permitiu que a China prosperasse em seu intento, uma vez que as promessas de construção de uma relação interamericana mais estreita em termos de cooperação não aconteceu, apesar de suas interações políticas, econômicas e migratórias seguirem entrelaçadas. (COLOMBO & FRECHERO, 2012). Apesar da consolidada relação de parceria com o Brasil, a ascensão da China como potência comercial não tem sido isenta de controvérsias e críticas. Há o argumento de que a China se utiliza de práticas comerciais desleais, como subsídios estatais e dumping⁴⁶, para ganhar vantagem competitiva em mercados estrangeiros. Ademais, a posição da China como líder global em fabricação tem levantado preocupações sobre questões de direitos trabalhistas e meio ambiente.

Em termos de direitos trabalhistas, há preocupações no que condizem as relações de trabalho nas fábricas chinesas, que podem não atender aos padrões internacionais, incluindo salários justos, horas de trabalho razoáveis e segurança no local de trabalho. Quanto às questões ambientais, a China é criticada por sua alta emissão de gases de efeito estufa e poluição ambiental resultante de sua produção industrial, associado ao processo de construção de infraestrutura para as grandes cidades chinesas. (ZHANG, 2013) No entanto, é importante notar que a China tem feito alguns progressos significativos nos últimos anos em abordar tais questões, uma vez que o governo chinês implementou leis e regulamentações mais rigorosas para proteger o meio ambiente, apesar de não serem suficientes ao cumprimento das metas estabelecidas na agenda 2030. (COSTA LIMA; ALBUQUERQUE; NASCIMENTO, 2021)

No caso do Brasil, um dos principais desafios dessa agenda é conciliar a produção de commodities com a sustentabilidade ambiental e social. O país é um grande produtor de

⁴⁵ Disponível em <[Agência BNDES de Notícias - Indústria, inovação e possibilidades para o desenvolvimento brasileiro](#)>
Acesso em 22Mar2023

⁴⁶ Considera-se que há prática de dumping quando uma empresa exporta para o Brasil um produto a preço (preço de exportação) inferior àquele que pratica para o produto similar nas vendas para o seu mercado interno (valor normal). Desta forma, a diferenciação de preços já é por si só considerada como prática desleal de comércio. Disponível em <[Dumping \(mdic.gov.br\)](#)> Acesso em 25Mar2023

commodities agrícolas, bem como o maior exportador de carne bovina e aves do mundo.⁴⁷ Esses setores são fundamentais para a economia brasileira e contribuem para a geração de emprego e renda em diversas regiões do país. No entanto, a produção dessas commodities pode ter impactos negativos no meio ambiente e na sociedade, como o desmatamento, o uso intensivo de agrotóxicos e a exploração de mão de obra precária. Por isso, o compromisso do Brasil com a Agenda 2030 inclui a busca por práticas mais sustentáveis na produção de commodities. O país tem se esforçado para conciliar a produção de commodities com a conservação ambiental e o respeito aos direitos humanos. Apesar do compromisso assumido pelo Brasil em reduzir o desmate na Amazônia em 80% até 2020⁴⁸, o que se observou foi o aumento do desmatamento na região em 34% no ano de 2020⁴⁹, ou seja, as ações que envolvem a adoção de medidas para combater o desmatamento ilegal e a promoção da agricultura de baixo carbono neste trecho foram dificultadas, tendo em vista as estratégias de governo adotadas no período. No intervalo de (2019-2022)⁵⁰, o país alcançou a marca de 1.800 novos registros aprovados para o uso de agrotóxicos, sendo que metade deles encontra-se proibido o uso em países da Europa, além da tramitação do Projeto de Lei 1.459/2022, que prevê e altera as regras de aprovação e comercialização de tais produtos, facilitando a sua aprovação.

Não obstante, o Brasil tem investido em práticas na produção agrícola, como o manejo integrado de pragas e o uso de técnicas de plantio direto, que reduzem a necessidade de agrotóxicos e evitam a erosão do solo.⁵¹ O país também tem programas de certificação de produtos agrícolas, como a Certificação Rainforest Alliance⁵² e a Certificação de Sustentabilidade da Agricultura Familiar (Selo AgroSustentável), que incentivam práticas sustentáveis na produção de commodities. O compromisso do Brasil com a Agenda 2030 inclui a busca por práticas mais sustentáveis na produção de commodities, conciliando a produção agrícola com a conservação ambiental e o respeito aos direitos humanos. Em 2023, o novo governo tem dado sinais de que retomará o seu compromisso em tomar medidas para reduzir o desmatamento, promover a agricultura de baixo carbono e incentivar práticas sustentáveis na produção de commodities, uma vez que participou da Conferência do Clima (COP27), em novembro de 2022⁵³, e sinalizou positivamente em seus discursos o compromisso assumido outrora pelo governo brasileiro. A China tem sido um grande parceiro comercial do Brasil, especialmente nas áreas de agricultura e indústria. No setor agrícola, a China se tornou o maior comprador de produtos brasileiros, como soja e carne bovina, impulsionando a economia brasileira e gerando empregos no campo. No entanto, a influência da China na agricultura brasileira também levanta questões sobre a dependência econômica e os possíveis impactos ambientais. Além disso, a China também tem investido significativamente na indústria brasileira, com aquisições de empresas e parcerias em diversos setores, o que tem gerado debates sobre o controle estrangeiro sobre os recursos do país. A seguir, abordaremos mais detalhadamente os efeitos da China na indústria brasileira.

⁴⁷ Disponível em <[Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo - Portal Embrapa](#)> Acesso em 28Mar2023

⁴⁸ Disponível em <[O Brasil atingirá sua meta de redução do desmatamento? - Imazon](#)> Acesso em 28Mar2023

⁴⁹ Disponível em <[Desmatamento da Amazônia dispara de novo em 2020 – Jornal da USP](#)> Acesso em 28Mar2023

⁵⁰ Disponível em <[Brasil, país dos agrotóxicos \(apublica.org\)](#)> Acesso em 04abr2023

⁵¹ Disponível em <[Sistemas agrícolas mais sustentáveis - Portal Embrapa](#)> Acesso em 28Mar2023

⁵² Disponível em <[5374c35ad6370_livro_imafloa_10anos-certificacao_DIGITAL.pdf](#)> Acesso em 28Mar2023

⁵³ Disponível em <[Lula se compromete perante o mundo a colocar o Brasil no caminho do desmatamento zero até 2030 | WWF Brasil](#)> Acesso em 31Mar2023

4.3 EFEITOS DA ECONOMIA CHINESA NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

A China tem se tornado um dos principais investidores estrangeiros no Brasil nas últimas décadas, com aquisições de empresas e parcerias em diversos setores, em destaque as empresas geradoras de energia eólica e solar. (SCHUTTE, 2020). Esse investimento é motivado em parte pela busca da China por recursos naturais e mercados em expansão, e em parte pelo interesse em fortalecer suas relações com o Brasil, um importante parceiro comercial.

Nos últimos anos, a China tem investido significativamente em setores estratégicos da economia brasileira, como energia, mineração, infraestrutura e tecnologia. Desde 2004, a Sinopec, companhia estatal chinesa, tem presença no Brasil, tendo liderado a onda de investimentos chineses no país com a construção do maior trecho do Gasoduto Sudeste Nordeste (Gasene), operado pela Transpetro (subsidiária da Petrobrás). Em outubro de 2010, a empresa firmou um acordo com a Repsol Brasil para adquirir 40% das ações da subsidiária por um total de US\$ 7,1 bilhões, a segunda maior transação já realizada pela Sinopec fora da China, perdendo apenas para a aquisição da Addax Petroleum (braço petrolífero do grupo suíço AOG). (SCHUTTE, 2020).

A China tem demonstrado seu interesse em investir em projetos de infraestrutura no Brasil, indo além dos já conhecidos investimentos em energia e mineração. Como exemplo, pode-se citar a inauguração do primeiro escritório da China Communication Construction Company (CCCC), que é considerada a maior empresa chinesa de infraestrutura, bem como a aquisição da maioria das ações da empreiteira Concremat do Maranhão. Ademais, a China tem investido em um terminal portuário privado em São Luis, que está conectado às ferrovias Transnordestina e Carajás. (WERNER, 2020).

Esses investimentos geraram debates sobre o controle estrangeiro sobre os recursos do país, especialmente em setores estratégicos. (THORSTENSEN, 2011) Existe a preocupação de que o Brasil possa se tornar excessivamente dependente da China. Portanto, é importante garantir que os investimentos chineses sejam feitos de maneira transparente e responsável. No entanto, a relação entre os dois países não é meramente temporária, nem facilmente reversível, o que indica interdependência crescente que precisa ser gerenciada de maneira cuidadosa e estratégica (CEBC, 2013).

Ressalta-se, portanto, a natureza das empresas chinesas que investem em infraestrutura no Brasil, qual seja um conjunto de 123 grandes empresas, as chamadas Central SOE's (Central State-Owned Enterprises) ou empresas estatais centrais, que operam em setores estratégicos da economia chinesa e são supervisionadas diretamente pelo governo central do país. (THORSTENSEN, 2011) Dentro desse conjunto, existe um subgrupo de 23 corporações que são consideradas fundamentais para a economia da China. Sete dessas corporações já declararam investimentos no Brasil, com destaque para a Sinopec e Stategrid, que juntas anunciaram um investimento total de US\$14,5 bilhões a partir de 2010. (CEBC, 2013).

A participação das empresas Central SOE's no cenário econômico brasileiro pode ser vista como uma indicação do interesse estratégico do governo chinês na relação comercial e econômica com o Brasil. (CEBC, 2013) A expansão das empresas chinesas no Brasil está alinhada a uma estratégia governamental de internacionalização, também chamada de "going global", a qual visa investir em empresas chinesas para diversificar sua cadeia produtiva, buscar novos mercados e controlar importantes reservas de recursos naturais complementares. O governo chinês criou uma série de incentivos a partir de 2002, desde linhas de crédito até a reformulação de restrições regulamentares, para encorajar as empresas chinesas a investir em países e setores específicos. (THORSTENSEN, 2011).

Nos últimos 40 anos desde que a política de "abertura e reforma" foi iniciada em 1978, a China passou por uma transformação rápida, urbanizando e industrializando-se. Ela se tornou

a principal base manufatureira mundial, inicialmente como plataforma exportadora com base em sua abundante mão de obra e, mais recentemente, em função de sua transformação industrial no contexto de uma acelerada integração global e absorção de novas tecnologias. Por outro lado, muitos países, incluindo o Brasil, que já haviam passado pelo ciclo rápido de urbanização e industrialização entre 1950 e 1980, enfrentam dificuldades para retomar taxas sustentáveis e sustentadas de crescimento. (ROSITO, 2020)

Para Rosito (2020), a queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil nas últimas duas décadas pode indicar um processo de desindustrialização prematura (RODRIK, 2016), o que significa que o Brasil poderia tornar-se uma economia de serviços antes de alcançar uma industrialização completa e diversificada. Por outro lado, o setor primário, impulsionado em grande parte pela demanda chinesa, tem sido um motor de crescimento importante na economia brasileira e tem ajudado a reduzir as restrições externas do país, graças à obtenção de superávits comerciais significativos. A expansão dos investimentos diretos chineses no Brasil se destaca pela incorporação do Brasil à cadeia global de abastecimento das matérias-primas, necessárias para a sustentação da produção chinesa, além de ser parte da estratégia de disseminação de sua cadeia produtiva.

Para Brandão (2017) é importante ressaltar que na atualidade, temas como desindustrialização, primarização, neoextrativismo, privatização de patrimônio comum e/ou público para empresas estrangeiras, aumento dos enclaves de exploração de recursos naturais, bem como a especialização regressiva em bens primários, entre outros fenômenos, são evidentes nos principais países da América Latina e são retomados na antiga narrativa da necessidade de modernização desses países, imposta pela onda de neoliberalismo que atinge todo o continente desde 2016. O autor assevera que no Brasil, além do aumento do poder do agronegócio, da mineração e de suas respectivas infraestruturas logísticas, a energia e o petróleo da camada pré-sal são fundamentais nesta agenda neoconservadora. As discussões sobre a autonomia decisória desse espaço nacional, que opta por especialização regressiva, concentrando a estrutura produtiva na oferta de commodities de baixo valor agregado e na exploração de recursos naturais, utilizando estratégias de ajuste passivas e defensivas baseadas em uma suposta competitividade, e que não se concentram na aprendizagem, revelam a limitação ou ausência de projetos de desenvolvimento nacional em países como o Brasil.

Brandão (2017) conclui que a América Latina e o Brasil atravessam uma crise política e econômica profunda, em meio a um ambiente de baixo crescimento e a uma ampla reorganização sistêmica, nacionalista, interterritorial e interempresarial no contexto internacional. O modelo de crescimento econômico imposto ao continente, baseado na extração e exploração de recursos naturais minerais, agrícolas e energéticos, incluindo fontes renováveis e esgotáveis, como as reservas de petróleo e depósitos minerais não energéticos, resgata as questões estruturais históricas da experiência periférica da região. Isso demonstra a falta de agentes dinâmicos e estruturantes com liderança e vigor para buscar a inserção internacional mais ativa e dinâmica na geopolítica e geoeconomia mundial em constante mudança.

Nesse cenário de crise política e econômica na América Latina e no Brasil, que se caracteriza por um regime de crescimento baseado na extração e exploração de recursos naturais, a presença da China na estruturação dos espaços regionais brasileiros tem se ampliado. A China não é apenas o destino das mercadorias produzidas no Brasil, mas se tornou um parceiro estratégico e investidor em novos ou já existentes ativos. Acredita-se que as mudanças regulatórias em vigor no país são compatíveis com seu papel periférico na divisão internacional do trabalho. (WERNER, 2020).

A influência da economia chinesa não se limita apenas ao apoio do governo brasileiro na construção de infraestrutura para o transporte de mercadorias, mas também se expande para a participação de suas empresas estatais em novos investimentos, aquisições de projetos

existentes e colaboração em consórcios e projetos energéticos e logísticos relacionados a setores agrícolas e de mineração. Com a mudança do governo brasileiro em 2016, a China reforçou sua estratégia de controle de recursos estratégicos ao adquirir plantas do setor elétrico e competir por concessões logísticas. (WERNER, 2020).

A propósito, para Brandão (2017) entre 1995 e 2016, o Brasil passou por três ciclos de políticas neoliberais, que implementaram diferentes mecanismos e instrumentos de regulação com várias consequências. O primeiro ciclo ocorreu entre 1995 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e baseou-se nas políticas do Consenso de Washington. O segundo ciclo ocorreu entre 2003 e 2015, nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e enfatizou a macroeconomia conservadora, favorecendo o mercado financeiro, as alianças com grupos conservadores ligados ao rentismo e à especialização em commodities, porém abordando adequadamente a questão urbana e regional, por meio de políticas públicas, tais como “Minha Casa, Minha Vida”, “Bolsa Família”, “ProUni”, “Reuni” e demais políticas sociais. O terceiro ciclo ocorreu durante o governo de Michel Temer entre 2016 e 2018, que reintroduziu políticas neoliberais da década de 1990, com profundas implicações para o padrão regulatório nacional em relação à terra, dinheiro e trabalho.

Cano (2014) enfatiza que o processo de subdesenvolvimento iniciou com a integração dos países ao mercado capitalista internacional, especialmente a partir do século XIX, e resultou das relações capitalistas de produção que foram estabelecidas nesses países. No entanto, essas relações convivem de forma promíscua com antigas e predominantes relações pré-capitalistas que já existiam nos países periféricos, sem que a maioria delas tenha sido extinta.

O autor complementa que durante os anos de 1990, termos e expressões foram usados para descrever o movimento de mudança na estrutura da indústria, que ocorreu devido à abertura comercial e à política macroeconômica adotada em vários países latino-americanos, incluindo o Brasil. Esses termos indicavam a intenção de implantar reformas neoliberais em países subdesenvolvidos, o que resultou em políticas de estabilização baseadas na valorização cambial e em ônus fiscais decorrentes de altas taxas de juros sobre a dívida interna e externa desses países. Graças à forte valorização cambial e ao acesso abundante a financiamento externo com taxas de juros elevadas, as políticas de estabilização foram bem-sucedidas e permitiram grande quantidade de importações com um câmbio barato. Isso estimulou setores como comércio e finanças, reativando o crescimento econômico e superando os níveis de crescimento da década anterior.

Segundo Cano (2014), as privatizações no Brasil entre 1990 e 1997 geraram recursos modestos que correspondiam a apenas 1,4% do PIB. Essa quantia foi considerada insuficiente para cumprir a promessa de que tais ações pagariam a dívida do país. Além disso, a grande quantidade de importações gerou déficits significativos em transações correntes, totalizando US\$ 493 bilhões entre 1991 e 2000, o que resultou em um aumento significativo da dívida externa, que chegou a US\$ 740 bilhões. O Estado, então, passou a ser responsável pelo gerenciamento de recursos públicos anuais para pagamento de juros que, em alguns momentos, representaram cerca de 8% do PIB, afetando o gasto e, principalmente, o investimento público.

Mazzucato (2011) argumenta que embora a inovação não seja o papel principal do Estado, ressaltar sua natureza inovadora e dinâmica e a sua capacidade histórica em alguns países de assumir um papel empreendedor na sociedade pode ser uma forma eficaz de defender proativamente sua existência e tamanho. No entanto, em um cenário em que o Estado enfrenta pagamentos excessivos de juros, sua função de financiador de novas tecnologias é prejudicada.

Cano (2014) assevera que a maioria dos países em desenvolvimento sofreu impactos negativos e severos em decorrência de um processo de industrialização tolhido e suas consequências, por um ônus cumulativo. As políticas de controle da inflação e a valorização da moeda, juntamente com os altos níveis de juros, impuseram diversas restrições às finanças

públicas e resultaram em baixos níveis de investimento (tanto público quanto privado) e crescimento econômico. A abertura comercial, que prejudicou a capacidade de exercer uma política comercial de interesse nacional, desempenhou um papel fundamental na política anti-inflacionária e causou alterações significativas nas contas externas. Para atrair capital e cobrir o déficit nas contas externas, as altas taxas de juros internas se tornaram um elemento vital.

A imposição de restrições no câmbio, juros, crédito e finanças públicas limita a capacidade dos países de implementar políticas macroeconômicas que atendam aos seus interesses de desenvolvimento. Isso pode ser visto como uma "camisa de força" que restringe a flexibilidade dos governos para lidar com os desafios econômicos e sociais do século XXI. (CANO, 2014).

Durante várias décadas, o Brasil construiu uma economia urbana sofisticada e diferenciada, que inclui uma complexa estrutura produtiva, com setores industrial, agrícola e de serviços, bem como fortes desigualdades sociais, regionais, rurais e culturais. O país rapidamente estabeleceu uma das sociedades urbanas de massa mais complexas do mundo, com muitas culturas coexistindo em uma economia urbana moderna e dinâmica, mas também excludente, com práticas destrutivas para o meio ambiente e sociedade, e com um acesso desigual aos espaços urbanos. (BRANDÃO, 2017).

O Brasil enfrenta grande desafio para manter sua competitividade devido a altas taxas de juros, carga tributária elevada e taxa de câmbio valorizada. No entanto, o país tem vantagens na agricultura, com vastas extensões de terras aráveis e recursos naturais abundantes, o que resulta em exportações concentradas em produtos minerais e agrícolas para a China, além da exploração de suas reservas minerais. Em contrapartida, o país tem aumentado as importações de produtos manufaturados da China devido à política cambial. (THORSTENSEN, 2011).

Para enfrentar esses desafios, os governos e empresas de ambos os países devem considerar agenda positiva, incluindo melhor aproveitamento de quotas-tarifárias de produtos alimentares pela China, maior valor agregado aos produtos agrícolas do Brasil, negociação de acordos de reconhecimento mútuo, criação de um comitê de investimentos da China no Brasil, definição de áreas prioritárias para investimentos, compromisso de investimentos chineses no Brasil para exportação e tecnologias, mecanismos para atenuar os desequilíbrios cambiais, complementaridade na área de serviços, cooperação em questões aduaneiras e despolitização dos instrumentos de defesa comercial. A recente evolução das relações Brasil-China evidencia a crescente importância dessa parceria, sendo fundamental a negociação de uma agenda positiva para superar os desafios existentes. (THORSTENSEN, 2011).

Para North (2018), apesar de não termos uma explicação clara para as normas sociais, é possível utilizarmos a teoria dos jogos para modelar essas normas de modo a maximizar a riqueza. Dessa forma, podemos investigar empiricamente quais restrições informais são mais propensas a gerar comportamento cooperativo e como pequenas mudanças nessas restrições podem afetar o jogo de modo a aumentar ou diminuir os resultados cooperativos. Esse enfoque pode aprimorar nossa compreensão do desenvolvimento de formas de troca mais complexas, como ocorreu na evolução inicial dos mercados financeiros.

Em suma, restrições impostas à política macroeconômica podem prejudicar o desenvolvimento e a competitividade do país no mercado global. Por isso, é necessário revisar essas restrições e proporcionar maior liberdade e flexibilidade na gestão da política macroeconômica, a fim de garantir um futuro próspero e sustentável para as gerações futuras. É crucial que os governos reavaliem suas políticas macroeconômicas e considerem as necessidades presentes e futuras, criando um ambiente econômico favorável ao desenvolvimento e bem-estar social. Abordaremos a seguir a reprimarização e a busca pela sofisticação do comércio brasileiro (Item 4.4).

4.4 COMO ROMPER A REPRIMARIZAÇÃO E SOFISTICAR O COMÉRCIO BRASILEIRO

Na economia de um país, a desindustrialização ocorre quando há uma diminuição na participação da indústria no PIB em relação a outros setores (ROSITO, 2020), como serviços e agrícola. Esse fenômeno pode ser causado por diversos fatores, como mudanças na política econômica, aumento da concorrência internacional ou mudanças tecnológicas. A industrialização agrícola e a adoção de inovações tecnológicas na indústria manufatureira podem contribuir para o aumento da produtividade e competitividade de um país, mas também podem levar à redução de postos de trabalho em setores industriais tradicionais.

Como resultado, pode haver uma migração de mão de obra para setores terciários, tais como serviços de transporte e telecomunicações, que estão integrados às cadeias produtivas da indústria de transformação. Outras atividades de serviços, como comércio, educação, saúde e meio ambiente, também podem ganhar importância nas áreas urbanas e periféricas, absorvendo mais postos de trabalho do que a indústria manufatureira. Essa mudança na estrutura econômica pode trazer desafios para a economia do país, como a necessidade de qualificação da mão de obra e o aumento da desigualdade social em áreas rurais e industriais em declínio.

Na década de 1930, o governo brasileiro começou a implementar uma política de substituição de importações, que incentivou a industrialização do país. Essa industrialização foi concentrada principalmente nas capitais dos estados das regiões nordeste, sudeste e sul, com algumas manchas se expandindo para o centro-oeste, devido à forte demanda externa por grãos, e para a região norte, onde a política de proteção dada pela Zona Franca de Manaus teve presença significativa. Essa industrialização permitiu que o Brasil se inserisse no mercado mundial de produtos manufaturados, com mais vigor a partir da década de 1970, quando as exportações de produtos básicos foram ultrapassadas pelas exportações de bens manufaturados. Esse processo consolidou a agregação de valor e foi acompanhado e suportado por um intenso processo de urbanização. (LAMOSO, 2020).

No entanto, observou-se o fenômeno da reprimarização da pauta exportadora, que ocorre quando há um aumento na exportação de produtos primários em detrimento dos produtos industrializados, o que é contrário ao comportamento observado nos anos de 1970. A reprimarização acontece quando um país passa a exportar uma quantidade relativamente maior de bens primários, como commodities agrícolas e minerais, em vez de bens industriais. (LAMOSO, 2020).

Refere-se ao aumento da importância do setor primário da economia em detrimento dos setores secundário e terciário, e é comum em países em desenvolvimento que dependem fortemente da exportação de commodities. No entanto, essa tendência pode ser prejudicial a longo prazo, tornando a economia vulnerável a flutuações de preços no mercado internacional e limitando a diversificação e a sofisticação da estrutura econômica do país.

Há uma discussão atualmente sobre se o Brasil está passando por um episódio de "doença holandesa".⁵⁴ Esse fato ocorre quando um país alcança saldos comerciais elevados por meio da exportação de matérias-primas, mas acaba sofrendo com a desindustrialização resultante. Isso ocorre devido à valorização da moeda local, que prejudica a produção industrial, aumentando os custos e levando as empresas a reduzirem suas atividades no país de origem.

Existem evidências que apontam para o risco de uma desindustrialização prematura na economia brasileira: a descoberta de petróleo no pré-sal pela Petrobrás, as exportações de

⁵⁴ Disponível em: <[Microsoft Word -](#)

5f1d518d6d5af8981c9bb3feb5d70926686621c695cb06de48fc2293a30c8c1d.ufc.br> Acesso em
23abr2023

minérios pela Vale do Rio Doce e de produtos agrícolas pelo agronegócio, bem como a taxa de câmbio apreciada, podem ser consideradas os primeiros sinais da doença holandesa observada em alguns países ricos em recursos naturais. (CARVALHO & CARVALHO, 2011).

A participação do Brasil no cenário internacional, que surgiu como resultado da reorganização do sistema capitalista mundial a partir dos anos 1970, foi acompanhada por mudanças regulatórias que contribuíram para o processo de adoção de políticas neoliberais no país desde os anos 1990. Essas mudanças visavam criar um ambiente institucional propício para a integração do Brasil nos mercados globais, sob a nova ordem econômica. (WERNER, 2020).

Um exemplo de medida estruturante foi a criação da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. durante o segundo mandato do presidente Lula, em 2008. Essa empresa pública tinha a responsabilidade de construir e operar infraestrutura ferroviária, incluindo a Ferrovia Norte-Sul (EF-151), Ferrovia do Pantanal (EF-267), Ferrovia da Integração Oeste-Leste (EF-334) e a Transcontinental ou Ferrovia de Integração Centro-Oeste (EF-354). A Ferrovia Transnordestina (EF-232) seria construída por empresas privadas, com a participação minoritária da Valec. É importante ressaltar que a criação de uma empresa estatal para esse fim segue a lógica do "neoliberalismo realmente existente", no qual o Estado é responsável por investimentos em setores primários-exportadores para promover a competitividade, reforçando a posição periférica da economia brasileira, agravada por políticas neoliberais que priorizam a valorização cambial e juros elevados, resultando em desindustrialização e especialização em commodities. (WERNER, 2020).

Quando se discute a produção de commodities, é comum referir-se à China e aos seus interesses nos setores de extração e commodities agrícolas. Na América Latina, ao longo da costa do Pacífico, onde os países latino-americanos têm priorizado suas relações com a China, empresas chinesas estão expandindo e modernizando diversos portos seguindo essa mesma lógica, sempre associando-os a um centro de mineração. (ABDENUR, 2013).

A existência de um vasto mercado tanto no Brasil quanto na China e a complementaridade de suas economias criam uma grande oportunidade para fortalecer seus laços comerciais. Além de ser um país com grande capacidade manufatureira, a China também tem habilidades notáveis na construção de infraestrutura, possui uma grande reserva de divisas e desempenha um papel ativo no comércio global. (MARTINS, 2011) A maioria dos investimentos em infraestrutura na América do Sul tem como objetivo aumentar a segurança e a eficiência no transporte e no escoamento de commodities com destino à China.

Porém há também o questionamento da ajuda chinesa as quais tem várias motivações, que incluem tanto interesses políticos quanto econômicos. No plano político, a China busca o reconhecimento internacional de Taiwan, que é considerada uma província chinesa pela China, mas que muitos países reconhecem como um Estado independente. A ajuda chinesa pode ser vista como uma forma de obter o apoio dos países beneficiários na questão de Taiwan. No plano econômico, a ajuda chinesa tem como objetivo promover uma abordagem ganha-ganha, que beneficie tanto o doador quanto o beneficiário. Na América Latina e no Caribe, a China busca atender às suas necessidades de energia e matéria-prima, ao mesmo tempo em que fornece ajuda e investimento para ajudar os países da região a alcançarem seus objetivos de desenvolvimento. (MAGGIORELLI, 2020).

Para Maggiorelli (2020), a China também busca promover a cooperação Sul-Sul mutuamente benéfica, destacando a complementaridade de interesses entre a China e a América Latina e Caribe (ALC). De um lado, a China demanda extensas quantidades de petróleo e matérias-primas para sustentar suas operações de produção e suprir suas necessidades energéticas. Por outro lado, os países da América Latina e do Caribe (ALC) buscam um mercado para seus abundantes recursos naturais, bem como assistência e investimentos para avançar em seus objetivos de desenvolvimento. Portanto, a assistência fornecida pela China apresenta uma

série de motivações, que abrangem tanto interesses políticos quanto econômicos.

Para Werner (2020), a atuação da China no rearranjo territorial resultante da oferta de infraestrutura no Brasil é cada vez mais proeminente. Como uma das principais economias do sistema capitalista contemporâneo, a China, juntamente com os Estados Unidos, consolidou uma demanda por recursos naturais e matérias-primas, o que levou à reconfiguração da América Latina como fornecedora desses bens. No Brasil, a política macroeconômica de câmbio valorizado e altas taxas de juros promoveu a desindustrialização e a especialização regressiva, levando o país a se tornar um fornecedor de commodities e a buscar sua inserção internacional como plataforma financeira de acumulação. Para atingir essa meta, o Estado brasileiro teve que promover alterações regulatórias e intervir diretamente, fornecendo crédito e programas de investimento que fossem coerentes com essa inserção periférica.

Werner (2020) entende que, embora governos com agendas de ruptura com a ordem neoliberal não tenham rompido com a inserção internacional periférica, as políticas foram aprofundadas. O governo brasileiro buscou atrair o capital externo para investimentos em infraestrutura e recursos territoriais, em busca de consolidar sua inserção periférica, o que resultou em um crescente controle do capital chinês sobre esses recursos. A inserção internacional brasileira ainda revela um caráter passivo e dependente que questiona a capacidade de se romper com a subordinação que caracteriza a integração do país aos mercados globais, levando a uma desigualdade socioeconômica e espacial marcante.

Para romper com a reprimarização e sofisticar o comércio brasileiro, é necessário conhecer o mercado interno e sua necessidade, bem como investir na diversificação e agregação de valor às exportações, estimulando o desenvolvimento de setores de alta tecnologia e conhecimento intensivo, como tecnologia da informação, biotecnologia e indústria aeroespacial. Políticas públicas que incentivem a pesquisa e a inovação, atração de investimentos estrangeiros diretos e parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais são fundamentais nesse processo.

Uma estratégia de significativa importância reside na promoção do fortalecimento da infraestrutura nacional, mediante investimentos direcionados à melhoria da logística, sistemas de transporte, instalações portuárias, aeroportuárias e geração de energia. Essas medidas visam à redução dos custos associados à produção e, consequentemente, ao incremento da competitividade das exportações brasileiras. Adicionalmente, é de vital importância direcionar esforços para a capacitação do capital humano, especialmente na formação de profissionais altamente qualificados em áreas estratégicas, com aptidão para o desenvolvimento de tecnologias e inovações que possam aprimorar a capacidade produtiva e elevar a competitividade do Brasil no cenário global.

Quando se analisam os impactos da China na indústria brasileira, é fundamental destacar que a adoção de políticas neoliberais no país resultou na quebra das conexões nas cadeias produtivas e na redução da densidade dessas conexões, que haviam sido construídas ao longo do processo de industrialização. Como consequência, a indústria nacional perdeu competitividade em relação a produtos importados com maior valor agregado. Isso levou ao aumento das exportações de produtos primários e, como resultado, contribuiu para a desindustrialização do Brasil (WERNER, 2020).

Oreiro & Feijó (2010) reiteram que o processo de desindustrialização de países desenvolvidos é um fenômeno que ocorre quando há uma redução significativa da participação da indústria no PIB desses países. Esse processo ocorre devido a diversos fatores, tais como a intensificação da competição global, a liberalização comercial, a automação industrial e a mudança dos padrões de consumo da população. (CANO, 2014).

No entanto, quando é explanado o exemplo brasileiro verifica-se que a política cambial em vigor desde o Plano Real tem sido uma das principais causas da desindustrialização no

Brasil. Apesar das reformas liberalizantes e da política de estabilização, o câmbio valorizado em excesso ainda é utilizado como âncora dos preços, com o apoio de juros reais extremamente altos e da âncora fiscal. Esse cenário resultou no pagamento da maior parte dos juros da dívida pública e, combinado com a desregulamentação, levou à perda crescente de competitividade da indústria nacional em relação a outros países. (CANO, 2014).

Em contraponto, Carvalho & Carvalho (2011) asseveram que a industrialização é uma condição necessária, mas não suficiente, para que uma economia subdesenvolvida atinja o nível de desenvolvimento das economias desenvolvidas. No contexto da economia brasileira, identificam-se dois principais fatores restritivos no caminho para a superação do subdesenvolvimento: a dependência tecnológica e financeira. A dependência tecnológica observada nas economias subdesenvolvidas industrializadas transcende a mera incorporação de novas tecnologias que têm o potencial de mitigar a heterogeneidade estrutural, caracterizada pela baixa produtividade dessas nações em comparação com as economias desenvolvidas, que exibem estruturas industriais mais homogêneas. Além disso, essa dependência tecnológica é exacerbada pelo fato de que a adoção de novas tecnologias implica mudanças no padrão de consumo da sociedade, introduzindo novos produtos e serviços finais ao mercado.

A dependência financeira é um obstáculo significativo para a superação do subdesenvolvimento na economia brasileira. Ela se refere à situação em que o país depende fortemente de recursos financeiros provenientes do exterior, como empréstimos, investimentos diretos estrangeiros e remessas de lucros de empresas multinacionais, a fim de sustentar seu crescimento econômico e suprir suas necessidades de financiamento. Vários fatores principais contribuem para essa dependência financeira, como desequilíbrios nas contas externas, endividamento externo, fluxos de capital especulativo e uma excessiva dependência de investimentos estrangeiros diretos. Essa condição implica em restrições à capacidade do país de tomar decisões econômicas independentes e implementar políticas que atendam às suas necessidades internas, além de expô-lo a potenciais instabilidades financeiras e macroeconômicas.

Conforme o pensamento Cepalino, a prevalência do setor primário de exportação leva à persistência de um baixo avanço tecnológico, ao declínio das condições de troca e à manutenção da posição periférica. Por outro lado, na perspectiva da teoria da dependência, as diversas maneiras de se integrar internacionalmente resultam na incapacidade de alcançar um desenvolvimento autônomo e legítimo. Portanto, nessas abordagens, os atores sociais, como grupos de interesses e classes sociais, assim como as instituições, como governos e empresas, desempenham um papel mais significativo do que simplesmente seguir as determinações preestabelecidas nas estruturas. Isso implica que os graus de liberdade para a ação dos atores sociais são considerados como extremamente limitados ou inexistentes, e, como resultado, a análise concentra-se na lógica das estruturas que estão além do alcance de indivíduos e grupos sociais. (COLISTETE, 2001).

A posição subordinada do Brasil se reflete igualmente nos fatores que determinam os movimentos de capitais, como os observados entre o Brasil e os Estados Unidos. Embora o grau de abertura econômica, o desempenho macroeconômico do Brasil e as oportunidades de negócio exerçam influência nos fluxos de capital entre os dois países, são a conjuntura econômica e financeira dos Estados Unidos, o estado da liquidez internacional e as estratégias dos investidores em busca de valorização e diversificação que ditam o ritmo, a intensidade e a composição desses fluxos de capitais. Os chamados "fundamentos" da economia brasileira, por sua vez, desempenham um papel relativamente secundário nesse contexto. (FREITAS, 2018) Para reduzir essa dependência, é necessário promover o crescimento sustentável, aumentar a competitividade interna, fortalecer as instituições financeiras nacionais e diversificar a base econômica do país.

Por outro lado, a experiência histórica das nações colonizadas e subdesenvolvidas apresenta notáveis variações. As teorias disponíveis revelam-se inadequadas para abranger de forma abrangente o passado desses países, fornecendo uma compreensão apenas parcial da história global. De maior relevância, é provável a carência de conhecimento acerca da história de nações subdesenvolvidas, o que nos leva a pressupor que seus históricos, e consequentemente seus estados atuais, assemelham-se aos estágios anteriores da evolução das nações desenvolvidas. Tal carência de informação e essa presunção acarretam equívocos substanciais no entendimento do subdesenvolvimento e do desenvolvimento contemporâneo. Adicionalmente, é importante observar que a maioria dos estudos no campo do desenvolvimento e subdesenvolvimento negligencia as relações econômicas e outras interações entre as metrópoles colonizadoras e suas colônias ao longo do curso da expansão e desenvolvimento do sistema mercantilista e capitalista. Dessa forma, a maioria das teorias não consegue adequadamente explicar a estrutura e a evolução do sistema capitalista como um todo, deixando de considerar a coexistência de subdesenvolvimento em algumas regiões e desenvolvimento econômico em outras (FRANK, 1966).

De maneira concisa, a economia do Brasil enfrenta fatores externos fora de seu controle, como as oscilações no mercado global, que vão além das influências tecnológicas e financeiras mencionadas anteriormente. No entanto, há acordo quanto à necessidade de adotar uma abordagem abrangente e estratégica que englobe diversas medidas políticas e econômicas. Isso implica simplificar procedimentos administrativos e reduzir a burocracia para facilitar a criação e expansão de empresas, promover o desenvolvimento equitativo em todas as regiões do país, evitando a concentração de atividades econômicas exclusivamente nas áreas urbanas. Além disso, é preciso adotar práticas econômicas sustentáveis para preservar o meio ambiente e atender à crescente demanda por produtos ecologicamente amigáveis, bem como estabelecer parcerias estratégicas com outros países e organizações para acessar tecnologia, investimentos e mercados internacionais. Essas estratégias devem ser implementadas de forma coordenada e consistente ao longo do tempo para efetuar uma transformação significativa na economia brasileira, diminuindo sua dependência de commodities e aumentando a sofisticação do comércio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta pesquisa, foi questionado qual seria o impacto da atuação do Brasil no Mercosul em relação às exportações do setor agropecuário, considerando aspectos como promoção, expansão para novos mercados e competitividade. Além disso, foi explorado o papel desempenhado pela China nesse contexto.

Para abordar essa questão de maneira abrangente, é crucial começar com uma análise detalhada dos impactos da ação do Brasil no Mercosul. Isso fornecerá uma base sólida para responder ao objetivo geral desta pesquisa.

No que diz respeito à promoção das exportações, o Brasil destaca-se como um dos maiores exportadores globais de produtos agropecuários, incluindo itens como soja, carne bovina e café. A participação ativa no Mercosul oferece oportunidades para ampliar as exportações aos países membros do bloco, como Argentina, Paraguai e Uruguai, simplificando o acesso a esses mercados.

No que se refere à conquista de novos mercados, o Mercosul opera como uma união econômica em negociações comerciais. A conduta do Brasil, em colaboração com os demais membros, pode resultar em acordos comerciais que abrem as portas para novos mercados em escala global. Tais acordos podem reduzir tarifas e barreiras comerciais, tornando as exportações brasileiras mais competitivas internacionalmente.

Completando o conjunto de considerações abordadas na problemática da pesquisa, encontramos a competitividade. Ela se baseia na integração do Brasil com os países do Mercosul, podendo gerar economias de escala que tornam os produtos agropecuários brasileiros mais competitivos no mercado mundial. A harmonização de regulamentações e padrões de qualidade também pode simplificar o comércio.

O significativo papel desempenhado pela China no comércio global, bem como sua influência no Mercosul, é inegável. Algumas observações a respeito desse parceiro comercial relevante são essenciais, visto que a China representa um dos principais destinos das exportações brasileiras, sobretudo no que concerne aos produtos agropecuários.

A crescente demanda chinesa por alimentos e produtos agropecuários tem sido um motor fundamental para o crescimento das exportações do Brasil. Além disso, os investimentos em infraestrutura na América do Sul facilitam o escoamento da produção brasileira e dos demais países do Mercosul, contribuindo para a competitividade e eficiência das exportações.

Além das transações no âmbito do Mercosul, o Brasil tem buscado acordos comerciais bilaterais com a China. Esses acordos podem estabelecer termos mais específicos e favoráveis para o setor agropecuário. No entanto, é importante ressaltar que a relação entre o Brasil e a China, assim como a conduta do Brasil no Mercosul, pode ser afetada por fatores políticos e econômicos em constante evolução. Negociações comerciais, políticas de comércio exterior e mudanças nas relações diplomáticas podem influenciar significativamente essas dinâmicas.

A ação do Brasil no Mercosul possui o potencial de gerar impactos positivos nas exportações do setor agropecuário, ao promover negociações comerciais, conquistar novos mercados e aumentar a competitividade. Nesse contexto, a China desempenha um papel crucial, atuando como um mercado importante para as exportações e como um parceiro estratégico que influencia as dinâmicas comerciais na região.

Com base nos objetivos estabelecidos para esta pesquisa, é possível concluir que o estudo buscou uma compreensão aprofundada das mudanças e continuidades no setor agropecuário do Brasil, em relação às exportações nacionais e às relações comerciais com a

China.

Primeiramente, a pesquisa buscou esclarecer os conceitos de desindustrialização e reprimarização, fundamentais para compreender a dinâmica comercial observada no Brasil e nos países do MERCOSUL. Esses conceitos são cruciais para avaliar as transformações na estrutura econômica da região.

Embora seja um processo muitas vezes orgânico, a desindustrialização contínua que ocorre em muitos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento ocorre antes que essas nações atinjam a maturidade de suas estruturas industriais. Isso significa que esse fenômeno ocorre antes que tenham esgotado todas as oportunidades de desenvolvimento econômico que a industrialização poderia proporcionar.

Concebeu-se que as reformas políticas que ocorreram nesse período não foram suficientes para estabelecer um processo de acumulação de capital e a transformação tecnológica necessária para a reestruturação das economias latino-americanas. Essas mudanças eram cruciais para preparar essas economias para enfrentar os desafios que já estavam à vista, especialmente aqueles relacionados à integração no sistema globalizado de comércio.

A discussão sobre o processo de desindustrialização enfrentado por alguns países e suas implicações torna essencial mencionar o conceito de reprimarização. Esse termo se refere a uma situação em que ocorre um retorno à exportação de commodities e à especialização na produção de bens primários com baixo valor agregado e um nível tecnológico reduzido. No caso do Brasil, esse movimento de regressão na qualidade de sua integração no comércio internacional é respaldado pela natureza da sua pauta exportadora, que se concentra em commodities agrícolas, minerais e semimanufaturados.

Em seguida, foi explorada a história, formação e características da integração regional na América Latina e no Caribe, bem como a formação do MERCOSUL, juntamente com a ascensão da China como um parceiro comercial de grande importância. Isso permitiu um contexto mais amplo para entender as relações comerciais entre as partes envolvidas. Desta forma, destaca-se a percepção de que os processos de integração regional representam uma estratégia eficaz para aumentar a capacidade de cada nação em lidar com desafios. Se esses desafios fossem enfrentados de forma isolada, poderia ser difícil contê-los ou resolvê-los. O sistema democrático é amplamente aceito e fortalece ações colaborativas, uma vez que expande a agenda de negociações e promove a coordenação internacional, envolvendo a participação de representantes da sociedade civil dos países envolvidos e uma lista de demandas voltadas para melhorar a qualidade de vida das populações e suas relações com o Estado.

No século XXI, a China possui condições únicas que, ao longo do tempo e através do aprimoramento de seus processos de produção, a tornaram altamente competitiva em muitos setores industriais que escolheu atender. Como resultado, desempenhou um papel significativo no contexto do Mercosul, já que há mais de uma década tornou-se o principal importador de produtos desse bloco econômico. É importante destacar que, em muitos aspectos, sua influência no mundo ocidental frequentemente superou a da Europa ao longo da história.

A experiência Brasil *versus* China demonstra de maneira congruente, a retórica oficial da China em relação à assistência externa e que frequentemente destaca a noção de que essa ajuda é disponibilizada com base nos princípios de igualdade e benefício mútuo. A China sustenta que sua assistência não se limita a uma ação de auxílio, mas sim a uma colaboração fundamentada em ganhos recíprocos, na qual ambas as partes obtêm vantagens. Além disso, a China faz questão de salientar que sua assistência não está sujeita a condicionalidades políticas e respeita integralmente a soberania dos países receptores.

Houve uma demonstração de certa neutralidade nas negociações comerciais entre China, Brasil e outros países do MERCOSUL, no que diz respeito às questões ideológicas das nações envolvidas. No entanto, a condicionalidade política associada à colaboração com a China se destaca principalmente através da implementação da política de "Uma China", que desempenha um papel central na política chinesa. Para estabelecer qualquer tipo de relação oficial com a China, é exigido que o país parceiro rompa seus laços diplomáticos com a República da China (Taiwan), que a China considera como parte de seu território, e tome medidas para isolar Taiwan em organizações internacionais.

Por fim, a pesquisa se dedicou a analisar os impactos de uma economia voltada para atender ao maior parceiro comercial, a China, e como essa orientação tem influenciado a reprimarização da economia brasileira. Isso envolveu uma investigação detalhada das exportações de produtos agropecuários para a China e as consequências dessa dependência nas estruturas econômicas e sociais do Brasil.

É evidente que Brasil e China compartilham algumas características comuns como nações em desenvolvimento, marcadas por vastos territórios e grandes populações, e buscam uma maior inserção no cenário internacional. Ambos os países também enfrentaram desafios semelhantes relacionados à pobreza, desigualdade e desenvolvimento econômico, com destaque para o fato de que, no Brasil, essas questões ainda persistem em uma proporção considerável. No entanto, é importante salientar que existem diferenças significativas entre essas nações, particularmente em suas estruturas políticas e econômicas. Enquanto a China adota uma economia socialista de mercado sob a liderança do Partido Comunista, o Brasil se caracteriza como uma democracia representativa com uma economia de mercado.

Nos últimos anos, a China emergiu como um dos principais investidores internacionais no Brasil, através de investimentos em projetos de infraestrutura, expandindo suas atividades além dos investimentos previamente reconhecidos nos setores de energia e mineração. Esses investimentos são impulsionados, em parte, pela busca chinesa por recursos naturais e mercados em crescimento, e pelo desejo de fortalecer os laços com o Brasil, que é um parceiro comercial de significativa importância.

No contexto da economia brasileira, é evidente a presença de dois obstáculos cruciais que dificultam a superação do subdesenvolvimento: a dependência tecnológica e a dependência financeira. A dependência tecnológica nas economias subdesenvolvidas industrializadas não se limita apenas à adoção de novas tecnologias, as quais têm o potencial de mitigar a disparidade estrutural. Essa disparidade se caracteriza pela baixa produtividade dessas nações em comparação com economias desenvolvidas, que possuem estruturas industriais mais homogêneas. Além disso, a dependência tecnológica é agravada pelo fato de que a incorporação de novas tecnologias implica em mudanças nos padrões de consumo da sociedade, introduzindo novos produtos e serviços no mercado, sendo compreendida a particularidade de cada economia, no que diz respeito a sua necessidade de consumo.

A dependência financeira é igualmente um obstáculo significativo para a superação do subdesenvolvimento na economia brasileira. Isso se refere à situação em que o país depende fortemente de recursos financeiros provenientes do exterior, como empréstimos, investimentos diretos estrangeiros e remessas de lucros de empresas multinacionais, para sustentar seu crescimento econômico e atender às suas necessidades de financiamento.

A história das nações colonizadas e subdesenvolvidas é marcada por uma diversidade notável de experiências. As teorias existentes muitas vezes se mostram inadequadas para capturar de maneira abrangente o passado desses países, oferecendo apenas uma compreensão parcial da história global. É primordial destacar a escassez de conhecimento sobre a história das

nações subdesenvolvidas, o que nos leva a supor que seus históricos, e consequentemente suas situações atuais, se assemelham aos estágios iniciais da evolução das nações desenvolvidas. Essa falta de informação e essa suposição resultam em interpretações equivocadas significativas sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento contemporâneo.

Além disso, é relevante observar que a maioria dos estudos no campo do desenvolvimento e subdesenvolvimento negligencia as complexas relações econômicas e outras interações entre as metrópoles colonizadoras e suas colônias ao longo do processo de expansão e desenvolvimento do sistema mercantilista e capitalista.

Em resumo, esta pesquisa proporcionou uma visão abrangente das transformações e continuidades no setor agropecuário do Brasil, à luz das relações comerciais com a China. Ela destacou a importância de compreender a dinâmica regional, os conceitos-chave de desindustrialização e reprimarização, e os impactos profundos da dependência comercial em um parceiro global significativo como a China. Esses insights são importantes na orientação de políticas e estratégias econômicas futuras na região.

6. REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS

ABDENUR, A. E. **A China na América Latina:** investimento em infraestrutura portuária. Pontes. Volume 9, Número 2, Págs. 16-20. março 2013.

BAIA, P.; MYAZAKI, S. Y. M.; SANTOS, A. C. A.; MELLO, C. H. P.; CORREIA, L. B.; NIEMEYER, L. M.; LINS, M. A. D. T.; COSTA, M. P.; GOLDBAUM, S.; LUCCAS, V. N. **Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Integração Econômica Regional.** 1^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica.** 1^a. ed. Lisboa: Livraria Clássica. 1961, 157p.

BIATO JUNIOR, O. **A parceria estratégica Sino-Brasileira:** origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2010.

BRANDÃO, C. A. **Crise e rodadas de neoliberalização:** impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. Cadernos Metrópole, 19(38), 45-69. 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3802>>

BRASIL (2004) **Lei 10.973**, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <[L10973 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br/pt_BR/legislacao/leis/10973.html)> Acesso em: 01mar2022.

BRASIL (2005) **Lei 11.196**, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <[Lei nº 11.196 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br/pt_BR/legislacao/medidas_provisorias/11196.html)> Acesso em: 05abr2023.

BRASIL (2005). **Decreto 5.651**, de 29 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 58, bem como de seu Segundo Protocolo Adicional, entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do

Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, e o Governo da República do Peru. Disponível em: < [Decreto nº 5651 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/legis/codificacao/2016/01/11/leis/5651.htm)> Acesso em: 01nov2023

BRASIL (2016). **Lei 13.243**, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: < [L13243 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/legis/codificacao/2016/01/11/leis/13243.htm)> Acesso em: 01mar2022.

BRASIL (2021). **Lei Complementar nº 182**, de 1º de junho de 2021. Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: < Lcp 182 (planalto.gov.br)> Acesso em: 02nov2023

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

BUAINAIN, A. M. ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXII – Nº. 2 – 105-121. Abr./Maio/Jun. 2013.

CANO, W. A Desindustrialização no Brasil. **Texto para discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, Jan. 2012.

_____. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, pp.139-174, jul.-dez. 2014.

CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia (MG), 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez. 2011.

CASTRO, A. B. **No espelho da China**. Diretoria de Estudos Macroeconômicos. SEMINÁRIOS DIMAC 288. IPEA. 2008.

CEBC Conselho Empresarial Brasil-China. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012**. BID. Junho 2013

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. Correntes Teóricas. **Estudos Avançados**, 15 (41), 2001.

COLOMBO, S.; FRECHERO, J. I. Yes, we can? A Política externa de Obama para a América Latina: da decepção à autonomização da região. **Contexto Internacional Rio de Janeiro**, vol. 34, nº. 1, janeiro/junho 2012, p. 189-222.

COOPER, C. A.; MASSELLL, B. F. Toward a general theory of customs union for developing

countries. Chicago. **The Journal of Political Economy** 73, pp. 461-476. 1965.

CORAZZA, G. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.

CORREA, A. D. A China refestela-se em região desdenhada pelos Estados Unidos. A luta da Águia contra o Dragão na América Latina. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 14, nº. 171. Out/2021.

COSTA LIMA, M.; ALBUQUERQUE, T. S.; NASCIMENTO, A. M. Meio Ambiente na China | impasses, avanços e desafios. **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais. REALIS** | v. 11, nº. 2, Págs. 68/91, Jul-Dez. 2021.

DE NEGRI, F. Por uma nova geração de políticas de inovação no Brasil. In: TURCHI, L. M.; MORAIS, J. M. (Org.). **Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ações**. Brasília: Ipea, 2017. 485 p.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. Editora Record, 2017.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. History Lessons: Institutions, Factors Endowments, and Paths of Development in the New World. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 14, Nº. 3 (Summer), pp. 217-232. 2000.

FRANK, A. G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. Artigo publicado em **Monthly Review**, vol. 18, nº 4, setembro de 1966. Disponível em: http://beneweb.com.br/resources/Teorias_e_experi%C3%A3o_Ancias_de_desenvolvimento/7%20Andr%C3%A9%20Gunder%20Frank%20O%20desenvolvimento%20do%20subdesenvolvimento.pdf

FREITAS, M. C. P. Relações Financeiras entre o Brasil e os Estados Unidos. **Revista Tempo do Mundo**. Rtm. v. 4. n. 2. jul. 2018.

FURTADO, D. A mão e a luva: a China anti-reacionária e a Doutrina Nixon. **Est. Hist., Rio de Janeiro**, vol. 23, nº 46, p. 344-362, julho-dezembro de 2010. <Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/YxZB6gbwWg8kyfyngZqz4Zp/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em 08ago2021.

GALA, P. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão das riquezas das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GALA, P.; RONCAGLIA, A. **Brasil, uma economia que não aprende. Novas perspectivas para entender nosso fracasso**. 1ª Edição. São Paulo: Edição do autor, 2020.

GAMEIRO, M. B. P. Critérios de sustentabilidade no comércio internacional de produtos agrícolas. **Cadernos Cebrap Sustentabilidade**, Vol.1 n. 2 – abril 2021.

GARCIA, N. B.; JUNIOR, O. A. B. Agronegócio e reprimarização econômica: um olhar sobre

os impactos do processo de inovação técnico-científico e concentração de capital no campo brasileiro. **Revista IDeAS**, v. 9, n. 2, p. 152-175, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODY, J. **El Milagro Euroasiático**. Madrid: Alianza Editorial (1^a ed. 2010), 2012.

HART, K. Jack Goody: a antropologia da sociedade desigual. **Resenhas em Antropologia**, v. 43, n. 3, pág. 199-220, 2014.

HOLANDA, F. M. B. **Relações Brasil-China: Elementos de aproximação e diferenciação**. Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2011.

HURRELL, A. **Sociedade internacional e governança global**. Lua Nova, n. 46-99, 1999.

IEDI Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** Novembro, 2005.

LAMOSO, L. P. Reprimarização no Território Brasileiro. Espaço e Economia. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**. Ano IX, número 19. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

LAPLANE, M.; SILVA, A. L. G.; SERRA, M. A. Recursos Naturais e Desenvolvimento Econômico. In: BELLUZZO, L. G. M.; FRISCHTAK, C. R.; LAPLANE, M. (Org.). **Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico**. 1^a ed. Campinas: Instituto de Economia, 2014, v. 1, p. 21-32.

LIPSEY, R. G.; LANCASTER, K. The general theory of second best. **The Review of Economic Studies**. 24, 11-32. 1956.

LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020, p. 174-203.

MAGGIORELLI, L. Cooperação entre China e América Latina e Caribe: ajuda oficial ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais (2006-2016). **Revista Tempo do Mundo** | rtm | n. 24 | 199-224, dez. 2020.

MALAMUD, A.; CASTRO, P. Are regional blocs leading to global governance? A skeptical view from Latin America. **Nordic journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 37, p. 111-30, 2007.

MARIANO, K. L. P. **Regionalismo na América do Sul**: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MARTINS, J. **Brasil-China: desafios e oportunidades**. Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2011.

MATTLIN, M.; NOJONEN, M. Conditionality in Chinese bilateral lending. June 15, 2011. (**BOFIT Discussion Paper**, n. 14/2011). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1868792>

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor. Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado.** Tradução Elvira Serapicos. Portfolio Penguin. 2011.

MEDEIROS, C. A. **Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos Acesso em 15ago2021.

_____. **China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional.** 2008. Disponível em: < [China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional | EXCEDENTE.org](http://www.excedente.org.br/)> Acesso em 15 ago 2021.

MILARÉ, L. F. L.; DIEGUES, A. C. Contribuições da Era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 359-378 maio/2012.

MORAES, I. A.; SANTOS, M. H. S. Entrevista com Prof. Dr. Paulo Morceiro: Política Industrial e Desindustrialização no Brasil Recente. **Rev. Cadernos de Campo/Araraquara/** n. 27 p. 11-16/Jul./Dez. 2019.

MYAZAKI, S. Y. M.; SANTOS, A. C. A.; MELLO, C. H. P.; CORREIA, L. B.; NIEMEYER, L. M.; LINS, M. A. D. T.; COSTA, M. P.; BAIA, P. F.; GOLDBAUM, S. LUCCAS, V. N. **Integração Econômica Regional.** 1^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NAUGHTON, B. **The chinese economy: transitions and growth.** Cambridge, MA, MIT Press, 2007.

NETO, A. M. Disparidades Regionais na China: do planejamento Central do PCC à globalização. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 36, nº 4, 524/540, out-dez. 2005.

NORTH, Douglass. Instituições, mudança institucional e desempenho econômico. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NOZAKI, W. V. LEÃO, R. P. F. MARTINS, A. R. A. A Ascensão Chinesa e a Nova Geopolítica Geoeconomia das Relações Sino-Russas. In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.) **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** - Brasília: Ipea, 2011.

OREIRO, J. L. FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

PADULA, R. Da IIRSA ao COSIPLAN da UNASUL: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. In: NETO, W. A. D. **O Brasil e novas dimensões da integração regional.** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 347-355, ago. 2010.

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**, 2008.

PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia (Capítulo: **O Sentido da Colonização**). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRETO, A. O. China Brasil. **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2011

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, nº. 2, Caracas, 2000.

Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAUEN, C. V. O Novo Marco Legal da Inovação no Brasil: O que muda na relação ICT-empresa? **Revista Radar, Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**. Ed. 43, fev. 2016.

RICUPERO, R. **Desindustrialização precoce**: futuro ou presente do Brasil? *Le Monde Diplomatique* Brasil. Edição 80. 06 de março de 2014. Disponível em: <[Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil? - Le Monde Diplomatique](#)> Acesso em 19 Jan 2022.

RODRIK, D. **The globalization paradox**: democracy and the future of the world economy. New York: W. W. Norton, 2011.

Premature deindustrialization. **Journal of Economic Growth**, v. 21, n. 1, p. 1-33, 2016.

ROSENAU, J. Governança, ordem e mudança na política mundial. In: ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E. O. **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília, DF: Unb, 2000.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Notes on the theory of the Big Push. In: ELLIS, H. S.; WALLICH, H. C. (Ed.). **Economic development in Latin America**, New York: Macmillan 1961a.

ROSITO, T. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Conselho Empresarial Brasil-China. Outubro 2020.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. Natural Resource Abundance and Economic Growth. **Nber Working Paper Series**. Working Paper 5398. National Bureau of Economic Research, 1050 Massachusetts Avenue Cambridge, MA 02138. December, 1995.

SALUDJIAN, A. **Hacia otra integración sudamericana**: críticas al Mercosur neoliberal. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2004.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Huciter, 1978.

Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAYLOR, R. **State Building in Boom Times**: Commodities and Coalitions in the Latin

America and Africa. Nova York: Oxford University Press, 2014.

_____. A expansão dos investimentos externos diretos chineses. O caso do setor energético brasileiro. **Rev. Conj. Aust. Porto Alegre.** v. 8, n. 44. p. 90-113. out./nov. 2017.

SCHUTTE, G. R. Oásis para o capital – Solo fértil para a “corrida de ouro”: a dinâmica dos investimentos produtivos chineses no Brasil. 1^a Ed., Curitiba: Appris. 2020.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta; Revisão Técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** Livro Eletrônico. 1^a Edição. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, R. D. Relações Intergovernamentais na China: Características e Trajetória Recente. In: NETO, A. M. (Org.) **Governos estaduais no federalismo brasileiro:** capacidades e limitações governativas em debate – Brasília: Ipea, 2014.

THORSTENSEN, V. Brasil e China - de conflitos de interesses à busca de uma agenda comum. Seminário - Brasil e China no reordenamento das relações internacionais – oportunidades e desafios. **Anais...** FUNAG; IBRACH. 2011.

VAN DER PLOEG, F. **Challenges and opportunities for resource rich economies.** European University Institute (Working Paper), 2007.

VAZ, V. R. C.; MERLO, E. M.; O Consenso de Washington no Brasil – Estabilização Conservadora e Estagnação. **Seção Dossiê. Aurora, Marília**, v. 13, n. 1, p. 37-58, Jan./Jun., 2020.

VINER, J. **The customs union issue.** New York: Carnegie, Endowment for International Peace, 1950, 221p.

VIOTTI, M. L. R.; GIACOMELLI, A. O multilateralismo, o Brasil e os novos tempos. **Cadernos de Política Exterior.** Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília. v. 8, n. 11. nov. 2022.

WEGNER, R. C. **Empresas Chinesas na América Latina Construindo (?) “Sonho Chinês” e “Sonho Latino-Americano”.** Conselho Empresarial Brasil-China, 2018. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2018/10/02/empresas-chinesas-na-america-latina-construindo-sonho-chines-e-sonho-latino-americano/>> Acesso em 01nov2021

WERNER, A. H.; COMBAT, F. A. **História “Viva” e História “Objetivada”:** George F. Kennan e O Plano Marshall. DOI 10.53000/hs.vi13.216. História Social Campinas – SP NO 13 173–191 2007.

WERNER, D. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e “efeito-China” no Brasil pós-1990. **EURE**, vol. 46, nº 139, pp. 143-162, setembro 2020.

ZHANG, J. **Foreign Direct Investment, Governance and the Environment in China. Regional Dimensions.** The Nottingham China Policy Institute Series. Palgrave Macmillan. 2013.